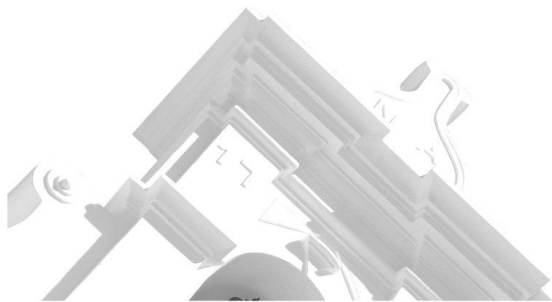




RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	RELATÓRIO FINANCEIRO.....	11
2.1.	ANÁLISE ORÇAMENTAL	11
2.1.1.	Principais destaques.....	11
2.1.2.	Indicadores	12
2.1.3.	Equilíbrio orçamental	15
2.1.4.	Análise da receita	17
2.1.4.1.	Receita corrente.....	20
2.1.4.2.	Receita de capital e outras receitas	24
2.1.4.3.	Transferências e subsídios obtidos	26
2.1.5.	Análise da despesa	29
2.1.5.1.	Análise da despesa corrente	32
2.1.5.2.	Análise da despesa de capital	36
2.1.5.3.	Transferências e subsídios concedidos.....	37
2.1.6.	Movimentos de tesouraria.....	39
2.2.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	41
2.2.1.	Análise ao balanço.....	41
2.2.2.	Análise à demonstração de resultados	43
2.2.3.	Dívida.....	44
2.2.3.1.	Dívida global.....	44
2.2.3.2.	Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	47
2.2.3.3.	Serviço da dívida	48
2.2.3.4.	Dívida total.....	49
2.2.4.	Contabilidade de custos	52
3.	CONCLUSÃO.....	55
8.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
8.1.	CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	56
8.1.1 –	Identificação	56
8.1.2 –	Legislação	56
8.1.3 –	Estrutura organizacional.....	57
8.1.4 –	Descrição sumária das atividades.....	57
8.1.5 –	Recursos humanos	59
8.1.6 –	Organização contabilística.....	60

8.1.7 Outras informações relevantes	60
8.1.7.1 Regulamentos internos e outros documentos informativos	60
8.1.7.2 Ação inspetiva	61
8.1.7.3 Documentos de gestão.....	61
8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	62
8.2.1 Disposições do POCAL derogadas.....	62
8.2.2 Contas do balanço e demonstração de contas não comparáveis entre anos.....	62
8.2.3 Critérios de valorimetria.....	62
8.2.6. Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento	63
8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado	63
8.2.8. Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações	64
8.2.9 Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações	64
8.2.10 Reavaliação de bens de imobilizado	64
8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações	64
8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.....	65
8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira	66
8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	66
8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização	66
8.2.16 Entidades participadas	66
8.2.17 Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria.....	68
8.2.18 Discriminação de outras aplicações financeiras.....	68
8.2.19 Diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado ..	68
8.2.20 Fundamentação do ponto 8.2.19.....	68
8.2.21 Justificação de provisões extraordinárias que prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.....	68
8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa	68
8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia	68
8.2.24 Obrigações e outros títulos emitidos pela entidade	68
8.2.25 Dívidas em mora na conta “Estado”	68
8.2.26 Contas de Ordem.....	69
8.2.27 Provisões acumuladas	69
8.2.28 Fundo patrimonial	69
8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	70
8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros.....	70

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários.....	71
9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	72

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução da receita cobrada e da despesa paga	11
Gráfico 2 – Variação da receita cobrada e da despesa paga 2016/2017	12
Gráfico 3 – Indicadores de receita	13
Gráfico 4 – Indicadores de despesa.....	14
Gráfico 5 – Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida	14
Gráfico 6 - Evolução da estrutura financeira.....	15
Gráfico 7 – Aferição do equilíbrio orçamental	16
Gráfico 8 – Poupança corrente.....	16
Gráfico 9 – Distribuição de receitas – 2017.....	19
Gráfico 10 – Distribuição de receitas - 2016	19
Gráfico 11 – Evolução das receitas cobradas 2013-2017	20
Gráfico 12 – Variação das principais receitas correntes – 2016/2017.....	22
Gráfico 13 – Principais receitas correntes de 2017.....	23
Gráfico 14 – Evolução dos Impostos diretos 2013/2017	24
Gráfico 15 – Principais receitas de capital - 2017	25
Gráfico 16 – Evolução do saldo de gerência - 2013/2017.....	26
Gráfico 17– Distribuição das transferências recebidas	27
Gráfico 18 – Principais projetos cofinanciados	28
Gráfico 19 – Distribuição da despesa - 2017	31
Gráfico 20 - Distribuição da despesa - 2016.....	31
Gráfico 21 – Evolução das despesas 2013/2017	32
Gráfico 22 – Distribuição da despesa corrente realizada/faturada	34
Gráfico 23 – Despesas com o pessoal	35
Gráfico 24 – Variação da aquisição de bens e serviços – 2016/2017	35
Gráfico 25 – Variação da aquisição de bens de capital - 2016/2017	37
Gráfico 26 – Distribuição das transferências concedidas.....	38
Gráfico 27 – Evolução dos pagamentos e recebimentos – 2013/2017.....	39
Gráfico 28 – Variação da dívida – 2016/2017	45
Gráfico 29 – Distribuição da dívida – 2017.....	46
Gráfico 30 – Evolução da dívida – 2013/2017.....	46
Gráfico 31 – Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	48
Gráfico 32 – Limite da dívida total	50
Gráfico 33 – Distribuição dos custos por funções – 2016/2017.....	53

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Análise orçamental.....	11
Quadro 2 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica	17
Quadro 3 – Execução da receita – 2016/2017	18
Quadro 4 – Receita corrente executada – 2016/2017	21
Quadro 5 – Execução da receita de capital e das outras receitas – 2016/2017	25
Quadro 6 – Receita proveniente de transferências	26
Quadro 7 – Receita corrente comparticipada	27
Quadro 8 – Receita de capital comparticipada	28
Quadro 9 – Despesa por fases - 2017	29
Quadro 10 – Despesa realizada/faturada - 2016/2017	30
Quadro 11 – Despesa corrente realizada/faturada – 2016/2017	33
Quadro 12 – Despesa com o pessoal 2016/2017	34
Quadro 13 – Despesa de capital realizada/faturada – 2016/2017	36
Quadro 14 – Despesas realizadas com transferências e subsídios – 2016/2017	38
Quadro 15 – Resumo da conta de gerência	39
Quadro 16 – Garantias e cações	40
Quadro 17 – Balanço sintético	41
Quadro 18 – Indicadores ao balanço	42
Quadro 19 – Demonstração de resultados por natureza.....	44
Quadro 20 – Dívida - 2016/2017	45
Quadro 21 – Empréstimos de médio e longo prazo.....	47
Quadro 22 – Serviço da dívida – 2016/2017	48
Quadro 23 – Limite da dívida total.....	49
Quadro 24 – Apuramento da dívida total	50
Quadro 25 – Custos por função – 2016/2017	52

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2017, a economia portuguesa manteve a trajetória de recuperação prevendo-se o maior crescimento do PIB dos últimos anos, assente no crescimento das exportações, bem como o prosseguimento da diminuição da taxa de desemprego.

O ano 2017 fica também marcado a nível autárquico pela realização de eleições do dia 1 de outubro. Assim e apesar de se tratar de um ano eleitoral o executivo municipal manteve o rigor dos exercícios anteriores e pese embora a despesa total tenha sofrido um aumento de 10,76% relativamente ao ano 2016, tal verificou-se muito por força do aumento de 23,33% das despesas de capital.

A dívida global do município volta uma vez mais a apresentar uma diminuição de cerca de 1 milhão de euros, ou seja menos 8,26% em relação ao ano anterior.

Durante o ano em análise o executivo continuou a levar por diante um conjunto de projetos e apoios necessários para promover o crescimento do concelho e o bem-estar da sua população, nomeadamente em termos de ação social, educação, cultura, desporto e acessibilidades, dos quais se destaca:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros de fichas aos alunos do 1º ciclo, da diminuição do IMI e da adoção do IMI familiar, bem como da atribuição de apoios sociais através do protocolo realizado com a Fabrica da Igreja de Tavira e da distribuição de refeições quentes nas freguesias em complemento ao programa da Segurança Social;
- o aumento dos apoios às associações sociais, desportivas culturais e recreativas;
- o incremento da programação cultural com os novos programas “Viva a Primavera” (municipal) e “365 Algarve” (regional), como meio de combate à sazonalidade do turismo;
- a realização dos eventos habituais “Dia da Cidade”, “Verão em Tavira”, “Feira da Dieta Mediterrânica”, “Feira da Juventude” e “Passagem do Ano”;
- a promoção do concelho juntos de entidades internas e externas de modo a potenciar o seu desenvolvimento económico.

A reabilitação da rede viária do concelho, bem como a necessidade de conservação do património municipal, do qual se destaca os edifícios de habitação social e o cemitério, continuaram a ser uma prioridade tendo sido lançadas e concluídas várias empreitadas que possibilitam melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Empreitadas concluídas:

- Obras de conservação e restauro da Ermida de São Roque, pelo preço base de €49.676;
- Conservação e beneficiação da rede viária do concelho de Tavira, União de Freguesias de Conceição-Cabanas e Freguesia de Santa Luzia, pelo preço contratual de €216.574,82;
- Conservação e beneficiação da rede viária do concelho de Tavira, União de Freguesias de Conceição-Cabanas (Cumeada), pelo preço contratual de €135.944,72;
- Beneficiação da EM 513-1 e CM 1217, freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €623.446;
- Obras de conservação em edifícios escolares, pelo preço contratual de €117.410;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do Concelho - Tavira, pelo preço contratual de €394.098,53;
- Pintura exterior do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, pelo preço contratual de €145.986;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho de Tavira, união de freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão e Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €348.048;
- Central Térmica de Produção de AQS e remodelação da rede de abastecimento de águas do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, pelo preço contratual de €238.015;
- Obras de conservação em edifícios de habitação social - Av. Dr. Eduardo Mansinho n.º 1, R. Dr. Morais Simão n.º 1, R. de Santo António n.ºs 4, 6, 8, 10, 12 e 16, Travessa de Santo António n.ºs 1, 2, 3, 4 e 6 e Travessa Comunidade Lusíada n.ºs 2 e 4, pelo preço contratual de €244.000;
- Beneficiação da EM 514-2 (Viaduto da A22/Quatro Estradas), pelo preço contratual de €156.873,51;
- Beneficiação da E.M. 397 e estabilização de talude, pelo preço contratual de €289.366;
- Pavimentações na freguesia de Cachopo, pelo preço contratual de €366.721;
- Alargamento da rede pedonal e ciclável em Conceição - Cabanas, pelo preço contratual de €159.688;
- Intervenção na Rua 9 de abril, pelo preço contratual de €86.582,21;
- Reparação da EN 124 entre Cachopo-Mealha até ao limite do concelho, pelo preço contratual de €118.712,52;
- Obras de conservação na E.M. 504, entre Cachopo e a Mealha, pelo preço contratual de €396.488,71;
- Intervenção no cemitério de Tavira, pelo preço contratual de €66.855,48;
- Intervenção no Mercado Municipal, pelo preço contratual de €24.220,35;

Empreitadas a decorrer:

- Construção de um conjunto de jazigos municipais (156) em gavetões de decomposição aeróbia no

cemitério de Tavira, pelo preço contratual de €82.345,89;

- Obras de conservação em habitação social - Intervenção no interior de habitações na Atalaia, Horta do Carmo e Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €214.270;
- Obras de Conservação na Biblioteca Municipal, pelo preço contratual de €236.989,27;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho - Ponte dos Descobrimentos, Atalaia e Vale Caranguejo, Tavira, pelo preço contratual de €294.331,60;
- Intervenção na Rede de Drenagem do Largo Adjacente à Travessa da Comunidade Lusíada, pelo preço contratual de 65.000€;
- Reabilitação dos campos de ténis do complexo desportivo de Tavira, pelo preço contratual de €176.447,14;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho - Rua F. Sá Carneiro, Rua 25 de Abril, Urb. Assêca e EM 508, pelo preço contratual de €239.232,89;
- Obras de Conservação na Cobertura exterior do Mercado, pelo preço contratual de €98.954,33;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho - Cidade de Tavira, pelo preço contratual de €185.902,96;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Repavimentação de Arruamentos em Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual €262.395,81;
- Substituição de árvores em arruamentos - Santa Luzia e Tavira, pelo preço contratual de 123.509,13€;
- Intervenção em passeios, estacionamento e passadeiras na cidade, pelo preço contratual de € 76.376,48€;
- Intervenção na Cobertura do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, pelo preço contratual de €132.801,18;
- Reparação do recinto desportivo na EB 1 de Cabanas, pelo preço contratual de €32.476,58.

Empreitadas em procedimento:

- Requalificação da EN 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo preço contratual de €627.396,87;
- Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro, pelo preço contratual de €4.695.597,88;
- Obras de Conservação na Escola EB1+JI da Conceição, pelo preço contratual de €279.900;
- 23-Emp/17 - Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão, pelo preço contratual de €627.928,21
- 24-Emp/17 - Reabilitação de Parques Infantis do Concelho, pelo preço contratual de €272.873,39
- 25-Emp/17 - Intervenção na Rua do Poço do Vaz Varela, pelo preço base de €89.483,23

- 26-Emp/17 - Reforço Estrutural do Edifício do Compromisso Marítimo, pelo preço base de €122.091,08
- 27-Emp/17 - Intervenção no Mercado da Ribeira, pelo preço base de €173.782,84

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico – financeira do município.

2. RELATÓRIO FINANCEIRO

2.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1.1. Principais destaques

Em termos globais, verificou-se mais uma vez que a receita executada/cobrada ultrapassou a receita orçamentada, atingindo uma execução de 105,28%, com a receita corrente a ser a principal motivadora deste excesso, atingindo os 109,18%. É de destacar também a boa execução da receita de capital, no corrente ano, com 82,32% de execução.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Unidade: €

RÚBRICAS	DOTAÇÃO	2017 EXECUÇÃO	%	DOTAÇÃO	2016 EXECUÇÃO	%
Total da receita	40.000.000	42.110.077	105,28%	36.700.000	38.005.225	103,56%
Receita corrente	24.940.000	27.229.969	109,18%	24.600.000	26.515.828	107,79%
Receita capital	1.490.000	1.226.612	82,32%	1.600.000	991.888	61,99%
Outras receitas	13.570.000	13.653.496	100,62%	10.500.000	10.497.509	99,98%
Total da despesa	40.000.000	26.979.355	67,45%	36.700.000	24.437.715	66,59%
Despesa corrente	24.800.000	19.205.008	77,44%	23.170.000	18.111.400	78,17%
Despesa capital	15.200.000	7.774.347	51,15%	13.530.000	6.326.314	46,76%

Quadro 1 – Análise orçamental

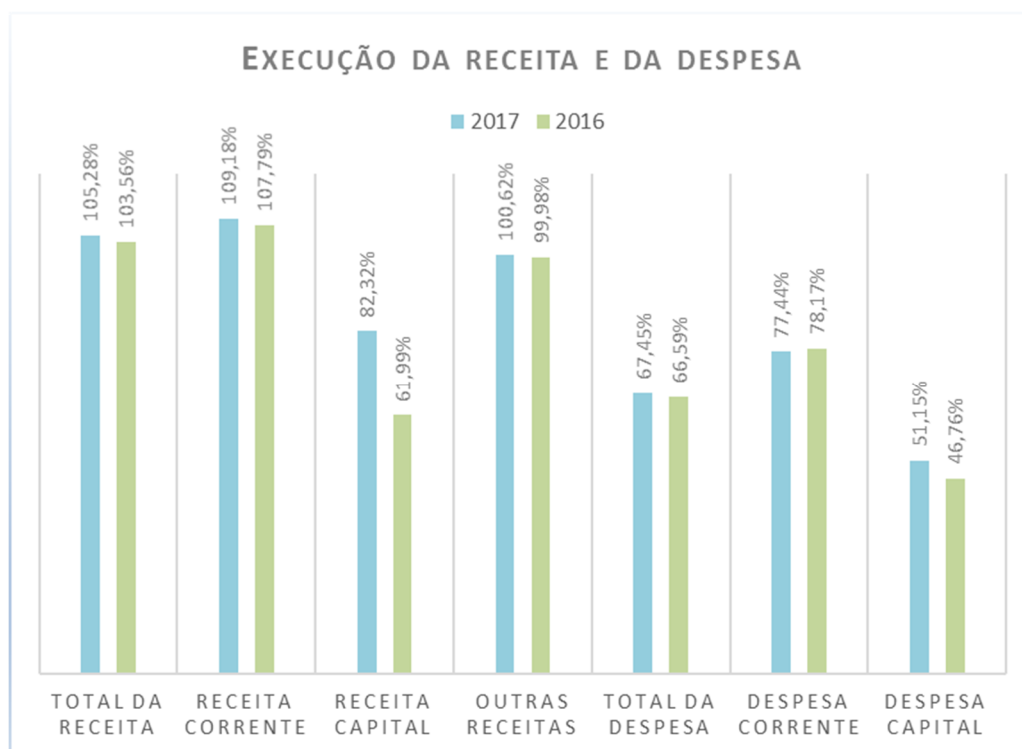


Gráfico 1 - Execução da receita cobrada e da despesa paga

Em contrapartida, a despesa executada/paga ficou-se pelos 67,45%, onde a despesa corrente teve uma execução de 77,44% enquanto a despesa de capital ficou-se pelos 51,15%.

No gráfico 1, verifica-se que houve uma subida generalizada da execução em 2017, comparativamente ao ano anterior, quer ao nível da receita, quer da despesa, com exceção da despesa corrente que apresentou uma execução ligeiramente inferior.

No que concerne à variação da receita cobrada entre 2016/2017, podemos concluir através do gráfico 2, que as “*Outras receitas*” (inclui o saldo da gerência anterior) foram as que apresentaram a maior subida, com um acréscimo de 30,06% face ao ano anterior, seguidas das “*Receitas de capital*” com um crescimento significativo de 23,66%. Do lado da despesa paga, é de realçar o aumento significativo da despesa de capital paga face ao ano transato, 22,89%, revelando que houve um maior investimento nestas.

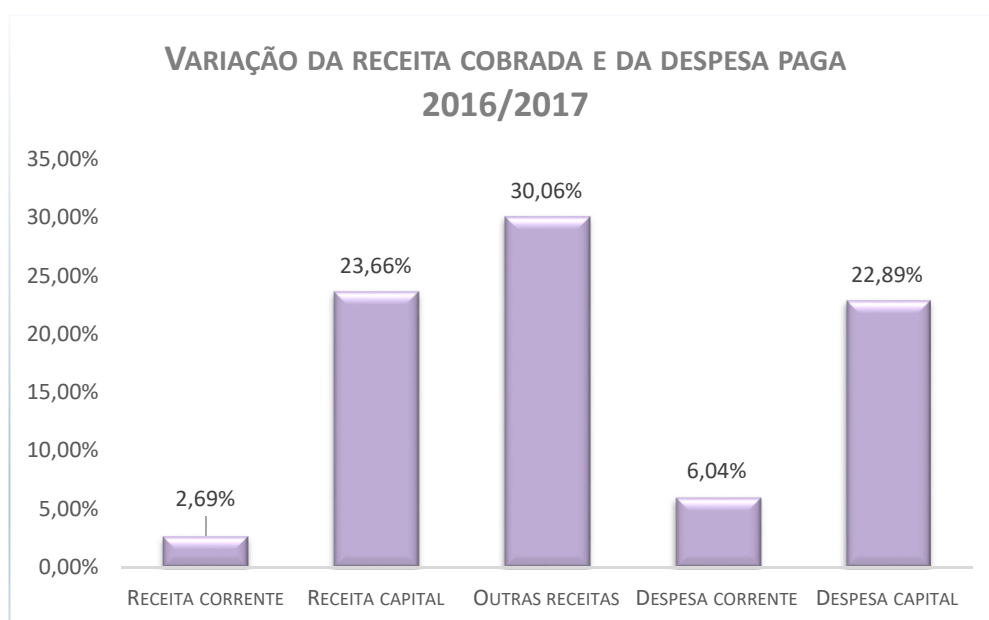


Gráfico 2 – Variação da receita cobrada e da despesa paga 2016/2017

2.1.2. Indicadores

Os indicadores orçamentais visam efetuar comparações entre as principais componentes contabilísticas, sendo de grande relevância analisar a sua evolução, num horizonte temporal de 5 anos, e por tipo de indicador: de receita; de despesa; de equilíbrio orçamental e dívida.

Em relação aos indicadores de receita, verificamos no gráfico 3, que a receita total¹ tem vindo a crescer, apesar de se terem registado crescimentos menores de 2015 a 2017, e de no ano 2014, ter havido um

¹ A receita total consiste no somatório da receita corrente e a de capital, não incluindo o saldo de gerência nem as reposições não abatidas nos pagamentos (classificações económicas 15 e 16).

decréscimo de 5,56%. As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, pois representam mais de 90% das receitas totais, nos últimos anos, atingindo os 95,69% no ano de 2017. As receitas fiscais² continuam a ser as receitas correntes mais importantes, chegando aos 59,51% em 2017, o que comprova a sua relevância nas receitas totais do Município. Quanto ao grau de independência financeira, tem vindo a aumentar por força do crescimento das receitas próprias³, atingindo os 71,60% em 2017, demonstrando que o Município de Tavira reduziu a sua dependência das transferências e dos passivos financeiros. Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais.

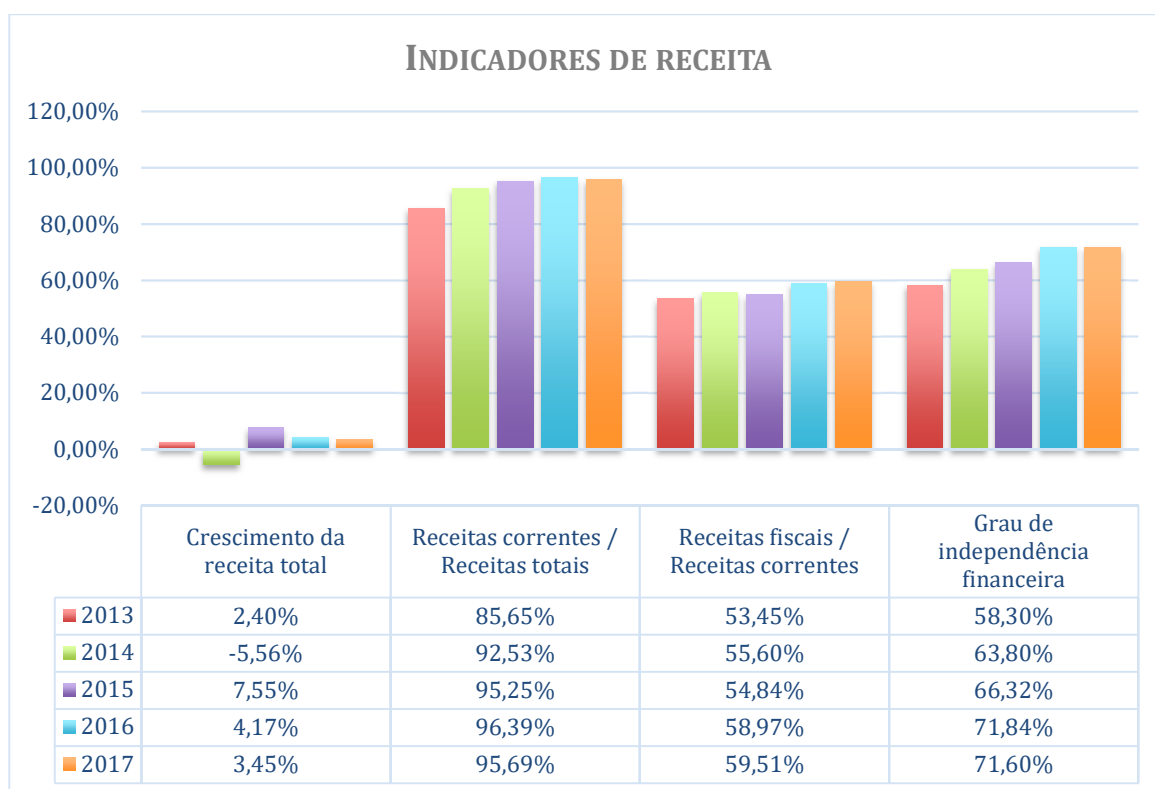


Gráfico 3 – Indicadores de receita

Quanto aos indicadores da despesa⁴, têm-se registado aumentos desde a quebra de 2014, o que reflete o crescimento da receita, tendo crescido 10,76% neste ano. As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nestes 5 anos. No entanto, estas não têm registado praticamente nenhum crescimento, apresentando mesmo um ligeiro decréscimo no corrente ano para os 71,18%, o que significa que as despesas de capital foram as responsáveis pelo crescimento da despesa total referido anteriormente, demonstrando assim, a preocupação do executivo em realizar investimento.

² As receitas fiscais resultam do somatório dos impostos diretos, indiretos e taxas e multas, com as classificações económicas 01, 02 e 04, respetivamente.

³ As receitas próprias são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros, ou seja, são os montantes de receita cobrados nas classificações económicas: 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 13.

⁴ Todos os indicadores da despesa são apurados com base nos valores faturados/realizados em cada orçamento anual.

As despesas com pessoal continuam a ser uma fatia muito importante das despesas correntes da autarquia, tendo diminuído para os 42,88% no corrente ano.

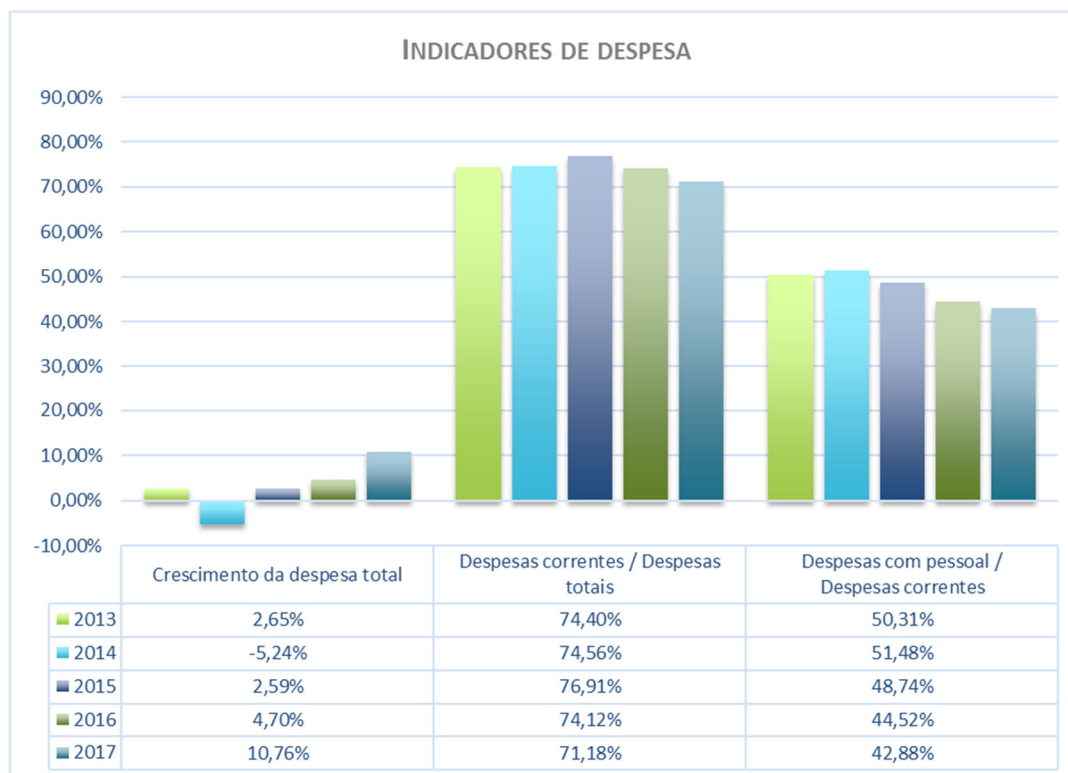


Gráfico 4 – Indicadores de despesa

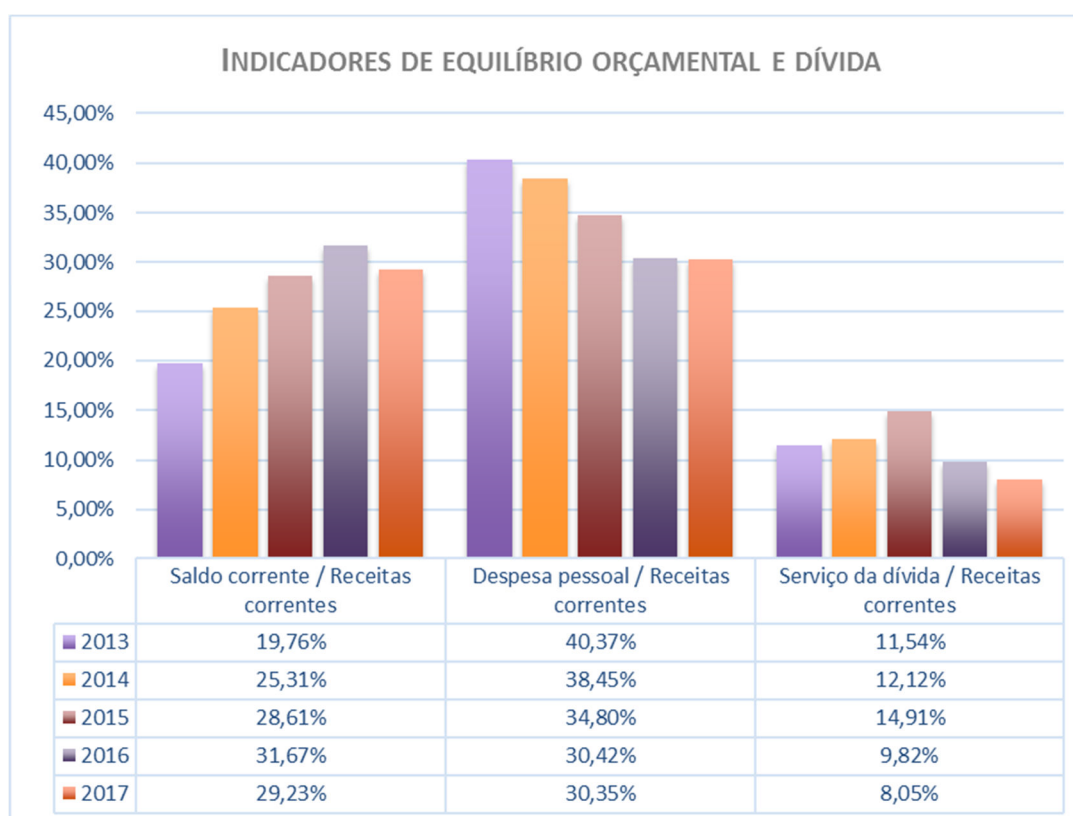


Gráfico 5 – Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida

No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida, continua-se a verificar um peso relevante do saldo correntes face às receitas correntes realizadas, o que permite a afetação de receitas correntes na realização de investimento, e demonstra a existência de equilíbrio orçamental. As despesas com o pessoal têm vindo a pesar menos nas receitas correntes, ficando-se pelos 30,35% em 2017. O serviço da dívida⁶ tem diminuído de forma sustentada após o pagamento integral do PAEL (2015), e em 2017 representou apenas 8,05% das receitas correntes, em virtude da diminuição do endividamento de médio e longo prazo com a consequente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

O gráfico 6, ilustra a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se destaca o aumento gradual das receitas próprias de 2013 a 2016, com a consequente diminuição do peso das transferências, tendo as receitas próprias estagnado nos 72% nos últimos 2 anos, demonstrando que a autarquia, atualmente, dispõe de uma autonomia financeira relevante. De referir ainda, que a receita de passivos financeiros registada no ano 2013 foi fruto da contração do empréstimo PAEL.

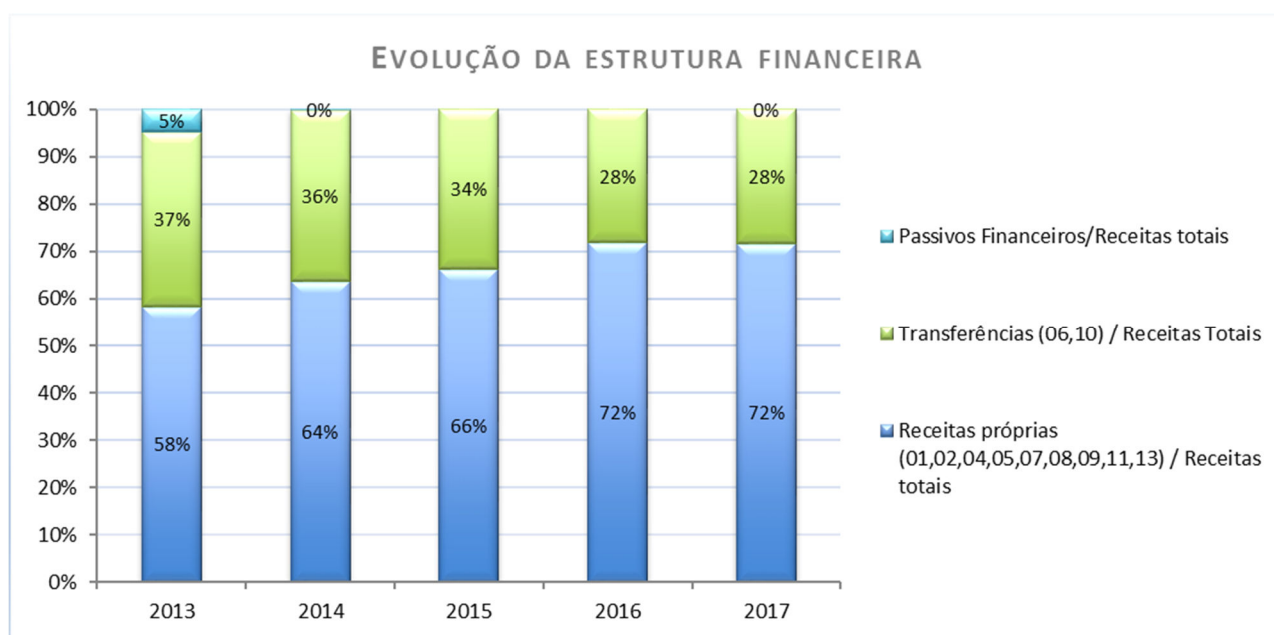


Gráfico 6 - Evolução da estrutura financeira

2.1.3. Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser

⁵ O saldo corrente resulta das receitas correntes cobradas menos as despesas correntes realizadas/faturadas.

⁶ O serviço da dívida consiste no somatório da despesa paga de juros e amortizações, classificações económicas 03 e 10, respetivamente.

pelo menos iguais às despesas correntes. Neste sentido, quer o orçamento inicial, quer o final, após as 18 alterações e a revisão deu cumprimento a este princípio, dado que as receitas correntes orçadas são sempre superiores às despesas correntes orçadas.

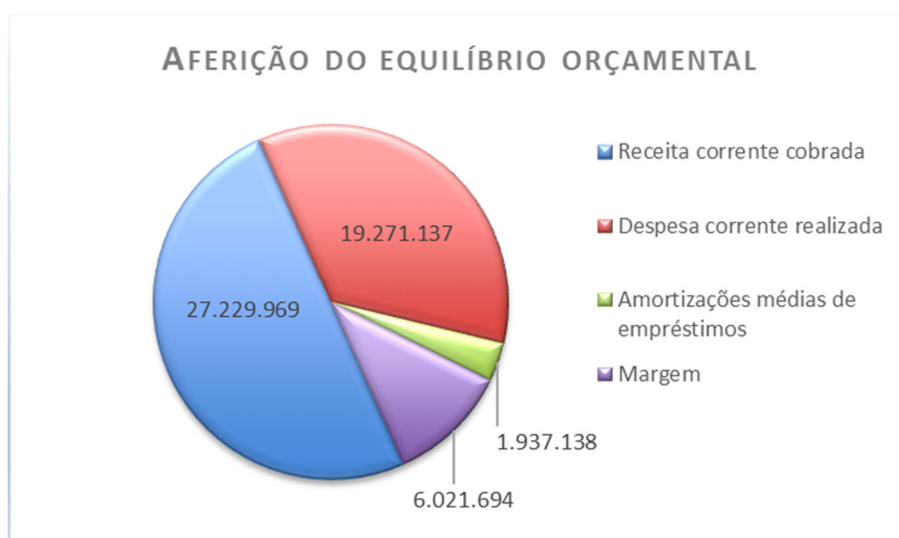


Gráfico 7 – Aferição do equilíbrio orçamental

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, surgiu mais um critério para aferição do equilíbrio orçamental. Refere o n.º 2 do artigo 40.º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Assim, no gráfico 7, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €6.021.694, cumprindo-se assim o critério.

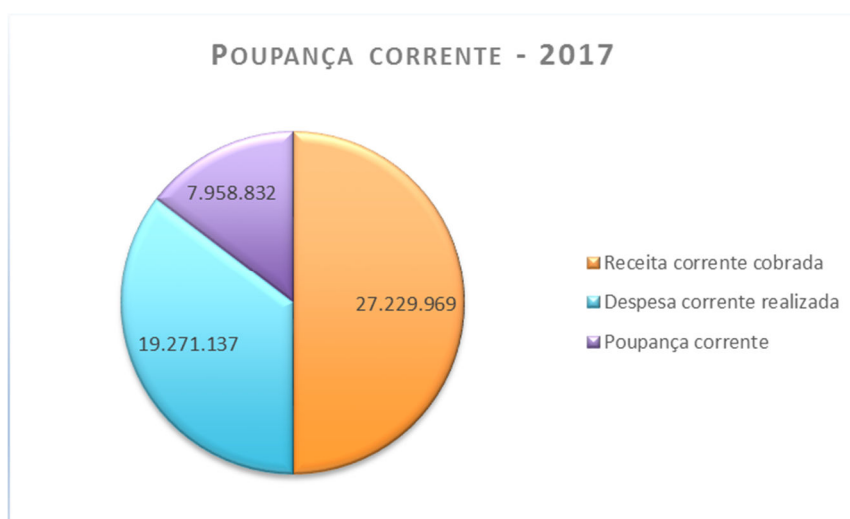


Gráfico 8 – Poupança corrente

Em termos de poupança corrente, em 2017, atingiram-se cerca de 8 milhões de euros, conforme ilustrado no gráfico 8. Ou seja, apenas se realizaram €19.271.137 de despesa corrente comparativamente com os €27.229.969 de receitas correntes cobradas. Esta poupança é um indicador importante dado que reflete o

montante que pode ser canalizado para o financiamento de despesas de investimento de médio e longo prazo (despesas de capital).

2.1.4. Análise da receita

No ano de 2017, apenas foi necessário proceder a uma revisão da receita por força da necessidade de utilização do saldo da gerência anterior, com o orçamento a atingir o montante total de 40 milhões de euros, onde €24.940.000 correspondem a receita corrente, €1.490.000 a receita de capital e €13.570.000 a outras receitas.

RECEITA ORÇADA, LIQUIDADA E COBRADA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

				Unidade: €
DESIGNAÇÃO	ORÇADA	LIQUIDADA	COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO
Impostos diretos	13.181.400	15.167.979	15.167.979	115,07%
Impostos indiretos	303.600	498.798	430.666	141,85%
Taxas, multas e outras penalidades	501.600	801.891	606.375	120,89%
Rendimentos de propriedade	2.659.970	2.903.066	2.613.763	98,26%
Transferências correntes	6.750.930	7.007.294	7.005.294	103,77%
Venda de bens e serviços correntes	1.051.900	1.222.643	1.037.610	98,64%
Outras receitas correntes	490.600	403.737	368.281	75,07%
Receitas correntes	24.940.000	28.005.409	27.229.969	109,18%
Venda de bens de investimento	75.000	161.679	149.563	199,42%
Transferências de capital	1.404.300	1.075.346	1.075.346	76,58%
Ativos financeiros	7.900	0	0	0,00%
Passivos financeiros	200	0	0	0,00%
Outras receitas de capital	2.600	1.703	1.703	65,50%
Receitas capital	1.490.000	1.238.728	1.226.612	82,32%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.490	85.986	85.986	3453,34%
Saldo da gerência anterior	13.567.510	13.567.510	13.567.510	100,00%
TOTAL	40.000.000	42.897.634	42.110.077	105,28%

Quadro 2 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

No quadro 2, é demonstrada a receita dotada em orçamento, a liquidada e a cobrada por tipo de classificação económica, e respetivo grau de execução⁷, que atingiu no corrente ano os 105,28%, ultrapassando assim os valores estimados em sede de orçamento. No caso das receitas correntes, a execução situou-se nos 109,18% e a receita de capital nos 82,32%, ultrapassando pela primeira vez a barreira dos 80%, o que é um excelente indicador da boa execução do orçamento no corrente ano. Algumas rubricas apresentaram execuções

⁷ Grau de execução = Receita cobrada / Receita orçada

excedentárias face ao previsto em sede de orçamento, dado que este é elaborado com base nas regras previsionais estabelecidas no ponto 3.3 do POCAL, que estabelece como limite na maioria dos casos a média das receitas dos últimos 2 anos. Este excesso de execução é ilustrativo da retoma que se vem sentindo na economia dado que proporciona o crescimento de receitas em impostos e taxas. No caso, da “*Venda de bens de investimento*”, deveu-se ao facto de ter ocorrido a venda de habitações sociais que não se encontravam previstas no orçamento, por força das regras previsionais existentes para esta rubrica.

EXECUÇÃO DA RECEITA - 2016/2017

RÚBRICA	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR		VALOR		€	
		PESO		PESO		%
Impostos diretos	15.167.979	36,02%	14.567.509	38,33%	600.470	4,12%
Impostos indiretos	430.666	1,02%	460.887	1,21%	-30.220	-6,56%
Taxas, multas e outras penalidades	606.375	1,44%	606.676	1,60%	-301	-0,05%
Rendimentos de propriedade	2.613.763	6,21%	2.638.427	6,94%	-24.664	-0,93%
Transferências correntes	7.005.294	16,64%	6.870.696	18,08%	134.599	1,96%
Venda de bens e serviços correntes	1.037.610	2,46%	1.101.252	2,90%	-63.642	-5,78%
Outras receitas correntes	368.281	0,87%	270.381	0,71%	97.900	36,21%
Receitas correntes	27.229.969	64,66%	26.515.828	69,77%	714.141	2,69%
Venda de bens de investimento	149.563	0,36%	114.549	0,30%	35.014	30,57%
Transferências de capital	1.075.346	2,55%	876.125	2,31%	199.222	22,74%
Ativos financeiros	0	0,00%	50	0,00%	-50	---
Passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras receitas de capital	1.703	0,00%	1.165	0,00%	538	46,20%
Receitas capital	1.226.612	2,91%	991.888	2,61%	234.724	23,66%
Reposições não abatidas nos pagamentos	85.986	0,20%	5.627	0,01%	80.358	1428,04%
Saldo da gerência anterior	13.567.510	32,22%	10.491.882	27,61%	3.075.628	29,31%
TOTAL	42.110.077	100%	38.005.225	100%	4.104.852	10,80%

Quadro 3 – Execução da receita – 2016/2017

Em relação à execução da receita, o quadro 3, demonstra que, em termos globais, a receita do Município de Tavira em 2017, teve um aumento de 10,80% (€4.104.852). No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento passa a ser de 3,45% (€948.865).

A receita aumentou significativamente no corrente ano face ao anterior, muito por culpa do aumento do saldo de gerência (€3.075.628), mas não só, uma vez que a receita corrente registou um acréscimo de €714.141, que foi o resultado do incremento dos “*Impostos diretos*”, das “*Transferências correntes*” e das “*Outras receitas correntes*” que superaram as ligeiras quebras sentidas nas restantes rubricas correntes.

De realçar ainda, o peso relevante que o “*Saldo de gerência anterior*” tem no orçamento total da autarquia, atingindo os 32,22% no corrente ano, ou seja, cerca de um terço do orçamento.

Nos gráficos 9 e 10, podemos visualizar que a distribuição das principais receitas do Município em 2017 e 2016, não sofreram alterações. As “*Receitas fiscais*” representam mais de metade das receitas com 56,95% em 2017, seguidas das “*Transferências*” com 28,40%, dos “*Rendimentos de propriedade*” com 9,19% e as “*Vendas de bens e serviços*” com 4,17%.

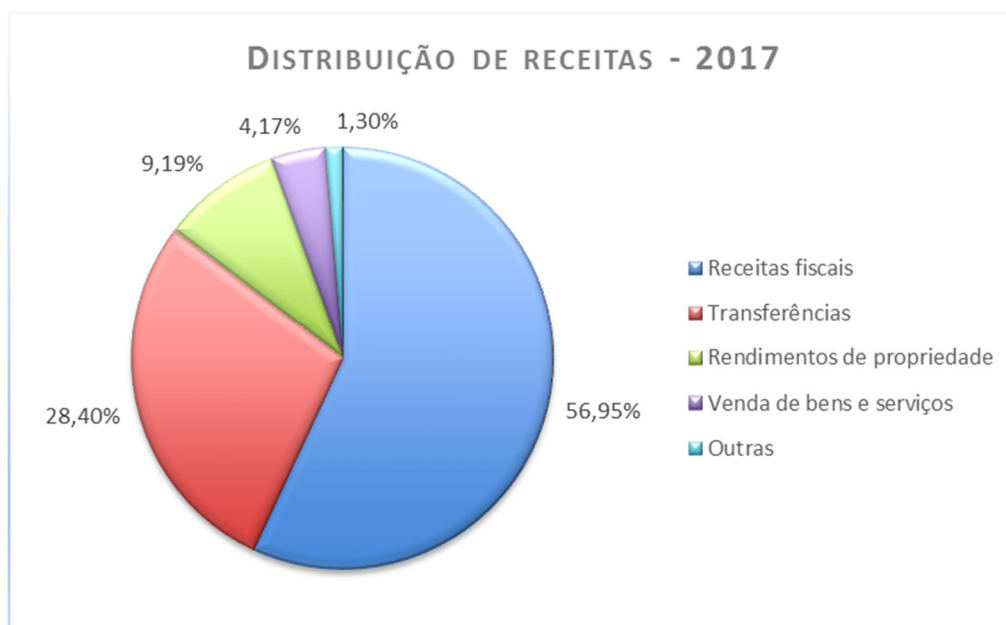


Gráfico 9 – Distribuição de receitas – 2017

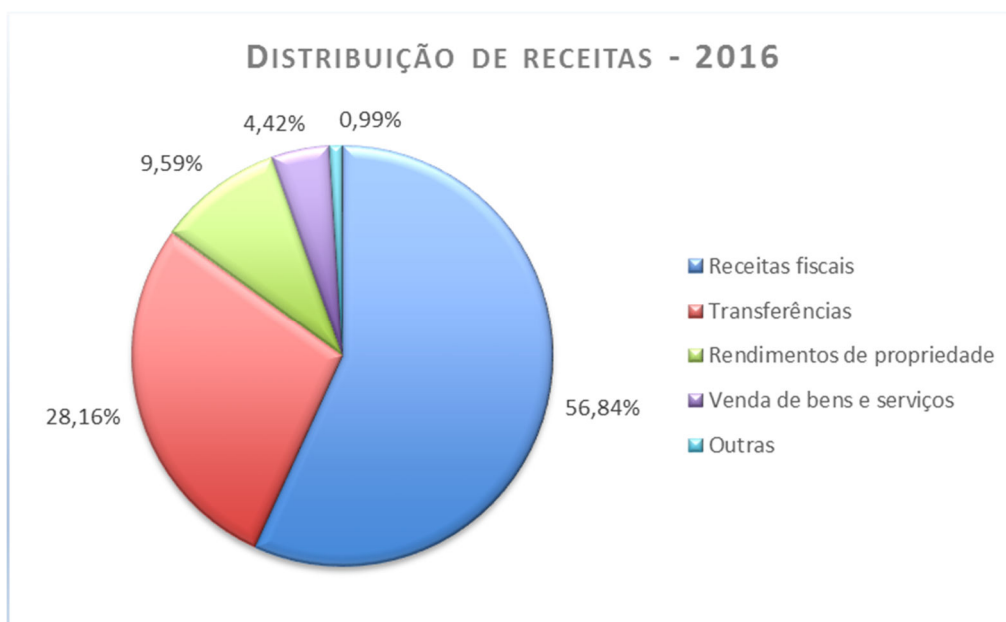


Gráfico 10 – Distribuição de receitas - 2016

8 As receitas fiscais são compostas pelas rubricas: impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

9 Incluí as transferências correntes e as de capital.

10 Incluí as vendas de bens e serviços correntes e de capital,

Em termos globais, importa ainda apreciar o gráfico 11, que ilustra a evolução das receitas cobradas¹¹, num horizonte temporal de 5 anos, para se perceber que as receitas da autarquia, após o decréscimo sentido no ano de 2014, têm-se mantido mais ou menos estáveis nestes últimos 3 anos, com a receita corrente a dominar claramente nos últimos 3 anos.

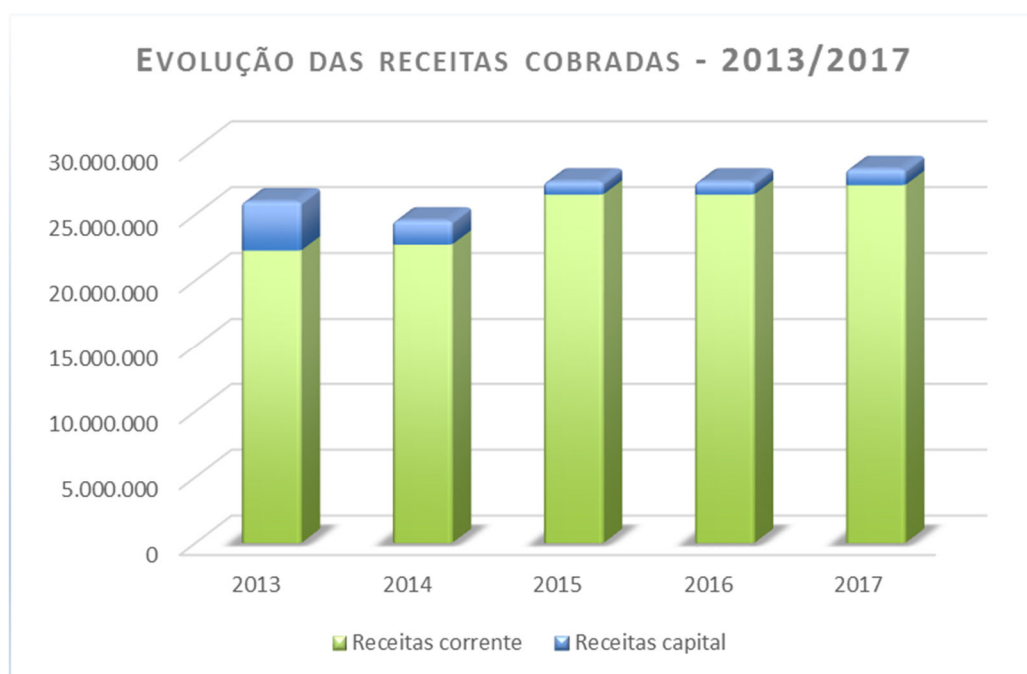


Gráfico 11 – Evolução das receitas cobradas 2013-2017

2.1.4.1. Receita corrente

A receita corrente é o principal tipo receita da autarquia, tal como verificado anteriormente, sendo a sua execução determinante para o bom desempenho das competências da autarquia.

Assim, no quadro 4, encontram-se discriminadas as principais rubricas que compõem a receita corrente, e a sua execução nos anos de 2017 e 2016. Observando-se, no corrente ano, que esta cresceu 2,69% (€714.141), face ao ano anterior.

Em termos mais específicos, verificamos que as subidas mais relevantes ocorreram nas rubricas: “IMI” com €391.238 (5,21%); “Dividendos” com €352.355 (152,05%); “IMT” com €228.840 (3,61%) e a componente de transferências do Orçamento de Estado - “FEF/FSM/Participação no IRS”¹² com €161.895 (2,67%). Em relação ao “IMI”, o aumento deveu-se a uma receita extraordinária deste imposto no início do ano 2017 de cerca de

¹¹ Não compreende os montantes das rubricas do saldo da gerência, nem das reposições abatidas aos pagamentos.

¹² FEF – Fundo de equilíbrio financeiro e FSM – Fundo social municipal

meio milhão de euros, o que acabou por disfarçar a perda que teria ocorrido por força da redução da taxa de IMI aplicada neste ano, que foi inferior à do ano anterior em 0,01%, dado que passou de 0,39% para os 0,38%. Quanto ao crescimento dos “Dividendos”, foi o resultado de no corrente ano terem sido distribuídos dividendos na empresa local: TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM. O crescimento do “IMT” é indicador da já referida retoma da economia, o que tem proporcionado a concretização de várias transmissões de património no concelho.

RECEITA CORRENTE EXECUTADA - 2016/2017

RÚBRICA	Unidade: €					
	ORÇADO	2017 EXECUTADA	TAXA DE EXECUÇÃO	2016 EXECUTADA	Variação 2016-2017	
					%	€
Impostos diretos	13.181.400	15.167.979	115,07%	14.567.509	4,12%	600.470
IMI	7.662.000	7.903.126	103,15%	7.511.887	5,21%	391.238
IUC	675.000	693.613	102,76%	666.636	4,05%	26.978
IMT	4.844.000	6.565.671	135,54%	6.336.831	3,61%	228.840
Derrama	100	5.569	5569,29%	47.571	-88,29%	-42.001
Outros	300	0	0,00%	4.584	-100,00%	-4.584
Impostos indiretos	303.600	430.666	141,85%	460.887	-6,56%	-30.220
Mercados e feiras	1.600	1.708	106,78%	1.734	-1,49%	-26
Loteamentos e obras	154.800	293.070	189,32%	335.545	-12,66%	-42.475
Ocupação da via pública	94.000	88.532	94,18%	66.643	32,84%	21.888
Publicidade	24.700	25.027	101,33%	29.003	-13,71%	-3.976
Outros	28.500	22.328	78,34%	27.961	-20,14%	-5.633
Taxas, multas e outras penalidades	501.600	606.375	120,89%	606.676	-0,05%	-301
Loteamentos e obras	225.500	291.935	129,46%	282.428	3,37%	9.507
Ocupação da via pública	147.300	94.198	63,95%	128.710	-26,81%	-34.511
Outras	128.800	220.241	170,99%	195.539	12,63%	24.702
Rendimentos de propriedade	2.659.970	2.613.763	98,26%	2.638.427	-0,93%	-24.664
Dividendos	250.100	584.088	233,54%	231.733	152,05%	352.355
Concessão EDP	1.600.000	1.597.457	99,84%	1.966.612	-18,77%	-369.154
Concessão eólica	393.000	270.281	68,77%	262.001	3,16%	8.280
Outros	416.870	161.936	38,85%	178.082	-9,07%	-16.146
Transferências correntes	6.750.930	7.005.294	103,77%	6.870.696	1,96%	134.599
FEF/FSM/Participação no IRS	6.232.200	6.231.401	99,99%	6.069.506	2,67%	161.895
INEM	100.000	230.415	230,42%	217.903	5,74%	12.513
Projetos cofinanciados	60.360	81.391	134,84%	151.169	-46,16%	-69.778
Outras	358.370	462.087	128,94%	432.118	6,94%	29.969
Venda de bens e serviços correntes	1.051.900	1.037.610	98,64%	1.101.252	-5,78%	-63.642
Venda de bens	400	20.028	5007,12%	25.446	-21,29%	-5.418
Serviços desportivos	12.000	13.436	111,97%	14.610	-8,04%	-1.174
Transporte coletivo	54.600	43.471	79,62%	50.472	-13,87%	-7.001
Cemitérios	73.400	65.180	88,80%	83.119	-21,58%	-17.939
Mercados e feiras	129.800	131.062	100,97%	120.924	8,38%	10.138
Prolongamento de horário	17.900	17.669	98,71%	16.741	5,54%	927
Refeições escolares	105.600	115.360	109,24%	110.719	4,19%	4.641
Rendas	398.100	364.080	91,45%	386.337	-5,76%	-22.257
Outras	260.100	267.322	102,78%	292.883	-8,73%	-25.561
Outras receitas correntes	490.600	368.281	75,07%	270.381	36,21%	97.900
TOTAL	24.940.000	27.229.969	109,18%	26.515.828	2,69%	714.141

Quadro 4 – Receita corrente executada – 2016/2017

Em contrapartida, apenas se registou uma quebra significativa na concessão da EDP com €369.154, o que não é real dado que esta apenas aconteceu, em virtude, de no ano anterior ter-se dado entrada do 4.º trimestre de 2015. Ou seja, no ano de 2016 foram recebidos cinco trimestres (quatro do ano 2016 e um do ano 2015) enquanto no ano 2017 apenas se receberam os quatro trimestres do ano. De notar ainda que a quebra sentida nos projetos cofinanciados, deveu-se principalmente ao facto de no ano de 2016, ter-se recebido uma fatia maior de financiamento na Dieta Mediterrânica.

Para se perceber melhor, e com mais detalhe as variações das principais receitas nos anos de 2016/2017, podemos verificar o gráfico 12, que espelha o referido anteriormente, quer a nível dos aumentos quer a nível das diminuições que têm claramente um peso inferior, com exceção da concessão da EDP.

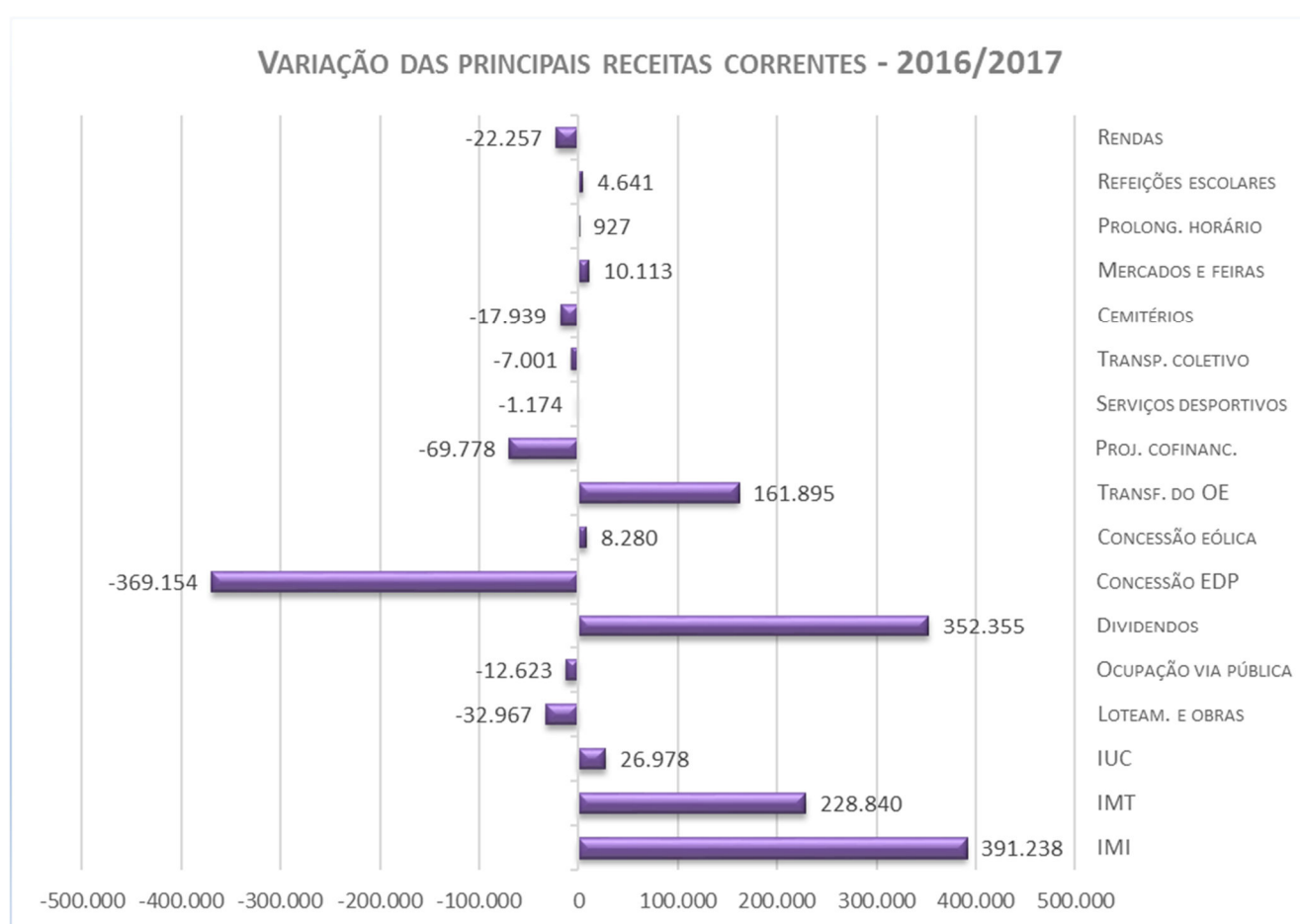


Gráfico 12 – Variação das principais receitas correntes – 2016/2017

O gráfico 13 ilustra de uma forma clara, quais as principais receitas correntes de 2017, onde se destacam o “IMI”, o “IMT” e as “Transf. do OE”, demonstrando também a grande dependência destas, principalmente da receita de “IMT” que é uma receita volátil em comparação com as restantes, uma vez que depende da boa saúde dos vários agentes económicos. Numa segunda escala de grandeza surgem as receitas com a “Concessão da EDP”, seguida do “IUC”, dos “Loteam. e obras”; dos “Dividendos” e das “Rendas”; que com

exceção dos loteamentos e obras e dos dividendos, são receitas menos suscetíveis de variação dada a sua natureza.

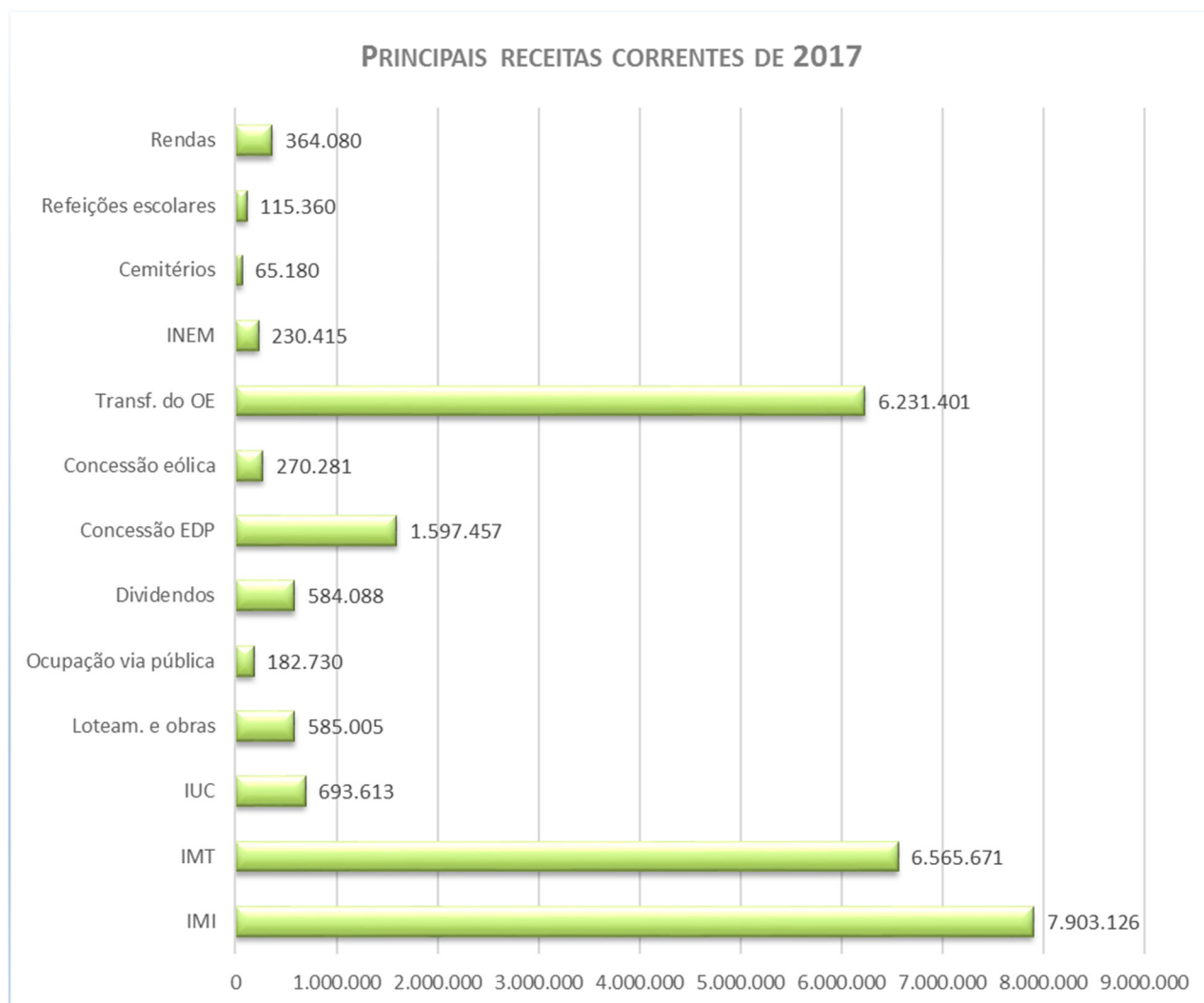


Gráfico 13 – Principais receitas correntes de 2017

Tendo presente que os impostos diretos (IMI – Imposto municipal sobre imóveis, IMT – Imposto municipal sobre transmissões de imóveis e IUC – Imposto único de circulação) são a principal fonte de receitas da autarquia, importa apreciar o seu comportamento no espaço temporal de 5 anos, para perceber a sua influência. Assim, no gráfico 14, temos a sua evolução de 2013 a 2017, onde se observa que estes impostos deram um salto significativo de 2013 para 2016/2017, por força do crescimento do IMT, que passou de cerca de 2,5 milhões de euros em 2013 para mais de 6 milhões de euros nestes últimos 2 anos.

Se apurarmos o peso do IMT e do IMI nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam em 2017, 24% e 29%¹³

¹³ O peso do IMT e do IMI é o resultado do valor destes impostos a dividir pelo total das receitas correntes (dados do quadro 4 - €27.229.969).

respetivamente.

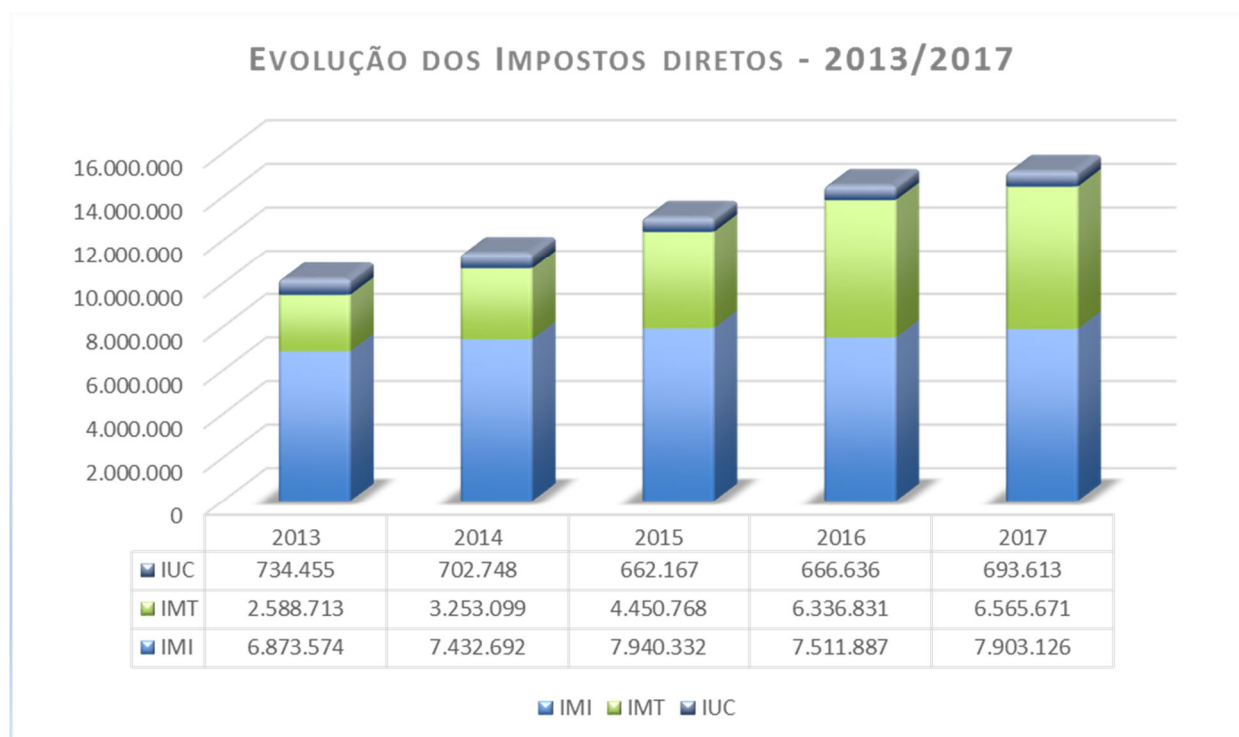


Gráfico 14 – Evolução dos Impostos diretos 2013/2017

2.1.4.2. Receita de capital e outras receitas

A receita de capital tem vindo a perder algum destaque nos últimos anos, quer por se ter deixado de recorrer a financiamento bancário, quer por via da redução as verbas das transferências de capital. Enquanto as outras receitas onde se inclui o saldo da gerência anterior, tem apresentado um crescimento constante e significativo.

No quadro 7, podemos verificar a execução da receita de capital e das outras receitas por classificação económica nos anos de 2016 e 2017. De notar que a receita de capital apresentou um aumento de 23,66% (€234.724) em 2017 face ao ano anterior. Enquanto as outras receitas sofreram um aumento significativo de 30,06% (3.155.987), o que em conjunto proporcionou um crescimento de 29,51% (€3.390.711).

Nas receitas de capital o crescimento dos “*Projetos cofinanciados*” destaca-se, com €216.610 (72,80%), seguido do “*FEF*” com €27.990 (5,29%) e das “*Habitações*” com €35.014 (30,57%). O aumento dos projetos cofinanciados teve como principal motivador o recebimento no corrente ano do montante de €93.035,39 proveniente da candidatura do “*Centro Escolar da Horta do Carmo*”, o qual poderia ter ocorrido no ano anterior.

EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL E DAS OUTRAS RECEITAS – 2016/2017

Unidade: €

RÚBRICA	ORÇADA	2017	TAXA DE EXECUÇÃO	2016	VARIÇÃO	
		COBRADA		COBRADA	2016-2017	
					%	€
Venda de bens de investimento	75.000	149.563	199,42%	114.549	30,57%	35.014
Terrenos	200	0	0,00%	0	---	0
Habitações	69.600	132.898	190,95%	108.756	22,20%	24.142
Outros bens de investimento	5.200	16.665	320,47%	5.793	187,68%	10.872
Transferências de capital	1.404.300	1.075.346	76,58%	876.125	22,74%	199.222
FEF	558.000	557.541	99,92%	529.551	5,29%	27.990
Projetos cofinanciados	845.900	514.165	60,78%	297.555	72,80%	216.610
Outros	400	3.641	910,20%	49.019	-92,57%	-45.378
Ativos financeiros	7.900	0	0,00%	50	-100,00%	-50
Passivos financeiros	200	0	---	0	---	0
Outras receitas de capital	2.600	1.703	65,50%	1.165	46,20%	538
RECEITAS DE CAPITAL	1.490.000	1.226.612	82,32%	991.888	23,66%	234.724
Reposições n/abatidas aos pagamentos	2.490	85.986	3453,34%	5.627	1428,04%	80.358
Saldo da gerência anterior	13.567.510	13.567.510	100,00%	10.491.882	29,31%	3.075.628
OUTRAS RECEITAS	13.570.000	13.653.496	100,62%	10.497.509	30,06%	3.155.987
TOTAL	15.060.000	14.880.108	98,81%	11.489.397	29,51%	3.390.711

Quadro 5 – Execução da receita de capital e das outras receitas – 2016/2017

No gráfico 15, encontram-se esquematizadas as principais receitas de capital no ano de 2017, e que representam praticamente a totalidade das receitas de capital recebidas neste ano (98%).



Gráfico 15 – Principais receitas de capital - 2017

Em relação às outras receitas, o “Saldo da gerência anterior” tem vindo a crescer de forma significativa,

conforme se pode observar no gráfico 16, que ilustra o seu crescimento nos últimos 5 anos. Este crescimento é o principal motivador do aumento do orçamento da autarquia de ano para ano.

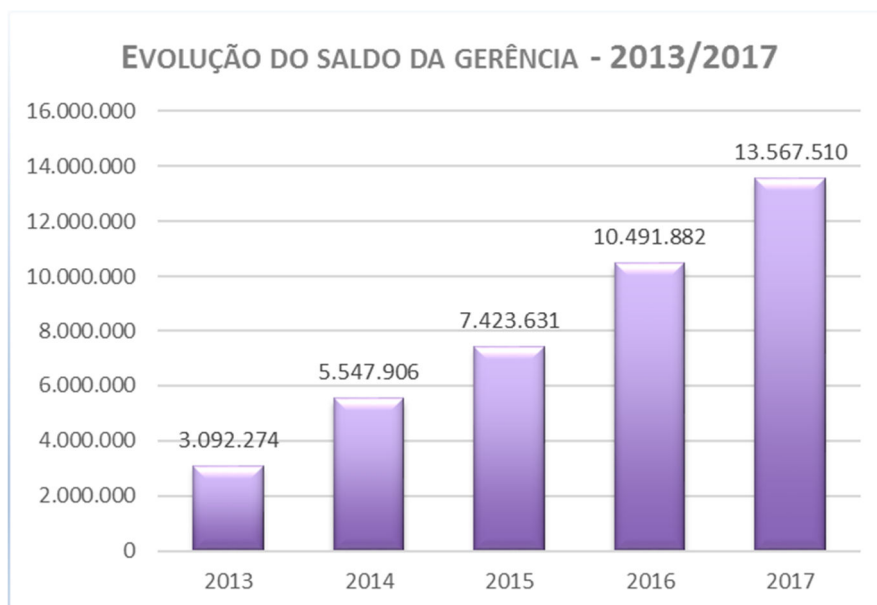


Gráfico 16 – Evolução do saldo de gerência - 2013/2017

2.1.4.3. Transferências e subsídios obtidos

As receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira a seguir às receitas fiscais. Pelo que importa apreciar com maior detalhe.

RECEITA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS

RÚBRICA	Unidade: €					
	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
FEF/FSM/Participação fixa no IRS	6.788.942	86,52%	6.627.047	85,24%	2,44%	161.895
Correntes	6.231.401	79,42%	6.069.506	78,07%	2,67%	161.895
Capital	557.541	7,11%	557.541	7,17%	0,00%	0
Fundos comunitários	595.556	7,59%	448.724	5,77%	32,72%	146.832
Correntes	81.391	1,04%	151.169	1,94%	-46,16%	-69.778
Capital	514.165	6,55%	297.555	3,83%	72,80%	216.610
Outras transferências	462.011	5,89%	699.039	8,99%	-33,91%	-237.029
Correntes	458.370	5,84%	650.021	8,36%	-29,48%	-191.651
Capital	3.641	0,05%	49.019	0,63%	-92,57%	-45.378
Subtotal						
Correntes	6.771.162	86,30%	6.870.696	88,37%	-1,45%	-99.533
Capital	1.075.346	13,70%	904.115	11,63%	18,94%	171.232
TOTAL	7.846.508	100%	7.774.810	100%	0,92%	71.698

Quadro 6 – Receita proveniente de transferências

No quadro 6, encontram-se refletidas as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2016 e 2017, onde se conclui que globalmente estas se mantiveram praticamente inalteradas, com uma ligeira variação positiva de 0,92% (€71.698), uma vez que o aumento da receita proveniente do “FEF/FSM/Participação no IRS”, €161.895 (2,44%) e dos “Fundos comunitários”, €146.895 (32,72%) compensou o decréscimo das “Outras transferências”¹⁴, €237.029 (33,91%).

No entanto, em termos de distribuição deste tipo de receita, o gráfico 17, demonstra que houve uma alteração no peso de cada. Com as “Outras transferências” a perderem terreno para os “Fundos comunitários” e para o “FEF/FSM/Participação no IRS”.

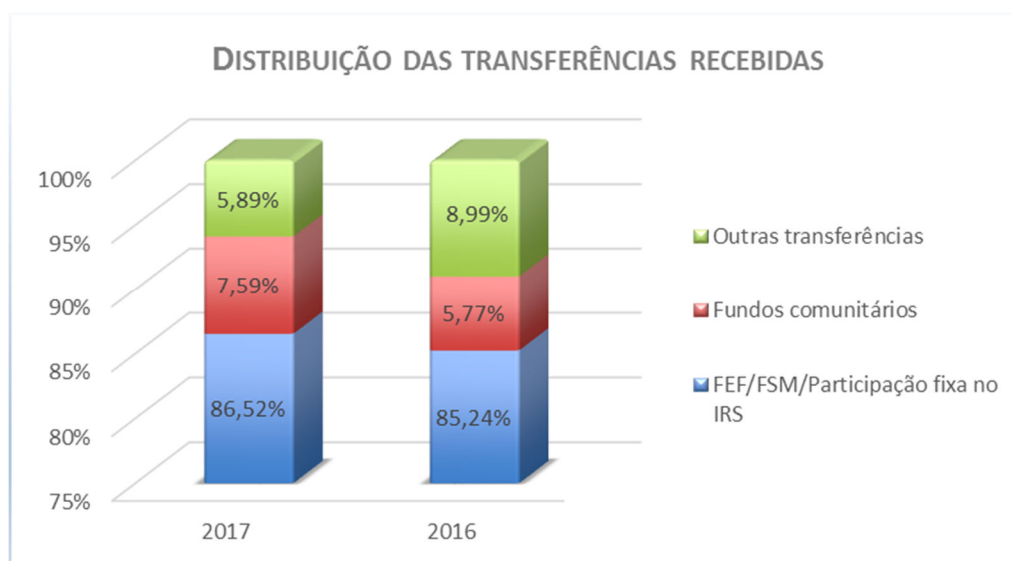


Gráfico 17– Distribuição das transferências recebidas

RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Museus em rede	POALGARVE 21	5.752	5,16%
Modernização administrativa	POALGARVE 21	3.013	2,70%
PEPAL	PORTUGAL 2020	18.329	16,45%
Tavira todo o ano com a dieta mediterrânica	PORTUGAL 2020	72.626	65,19%
Gabinete inserção profissional	IEFP	5.921	5,31%
Fruta escolar	IFAP	5.771	5,18%
TOTAL		111.412	100%

Quadro 7 – Receita corrente participada

Em relação à receita participada, quer por fundos comunitários quer por contrapartida nacional, importa

¹⁴ As “outras transferências” incluem receitas provenientes de financiamentos nacionais que resultam de acordos de colaboração, candidaturas, de entre outras.

apreciar com mais detalhe.

RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Modernização administrativa	POALGARVE 21	4.896	0,95%
Centro escolar da horta do carmo	POALGARVE 21	93.035	17,97%
Energias renováveis e eficiência energética	POALGARVE 21	3.136	0,61%
Simplex autárquico - RUCI	POALGARVE 21	6.938	1,34%
Museus em rede - RUCI Algarve Central	POALGARVE 22	8.311	1,61%
Frentes ribeirinhas e zona envolvente	POALGARVE 21	79.946	15,44%
Obras de conservação na Ermida de S. Roque	POALGARVE 21	52.605	10,16%
Parque verde do séqua	POALGARVE 21	24.457	4,72%
Reabilitação das ermidas de São Sebastião e Santana	CRESC Algarve 2020	28.389	5,48%
Muralhas do castelo de Tavira	CRESC Algarve 2020	13.025	2,52%
Requalificação da rua 9 de abril	CRESC Algarve 2020	59.603	11,51%
Rua José Pires Padinha	CRESC Algarve 2020	139.823	27,00%
Gabinete inserção profissional	IEFP	3.641	0,70%
TOTAL		517.805	100%

Quadro 8 – Receita de capital participada

No quadro 7, constam os projetos que foram financiados e que têm uma natureza corrente, onde se destaca o projeto “*Tavira todo o ano com a dieta mediterrânica*”, que foi participado através do programa Portugal 2020, e representa 65,19% destas receitas, seguidas do projeto “PEPAL”, com 16,45%.

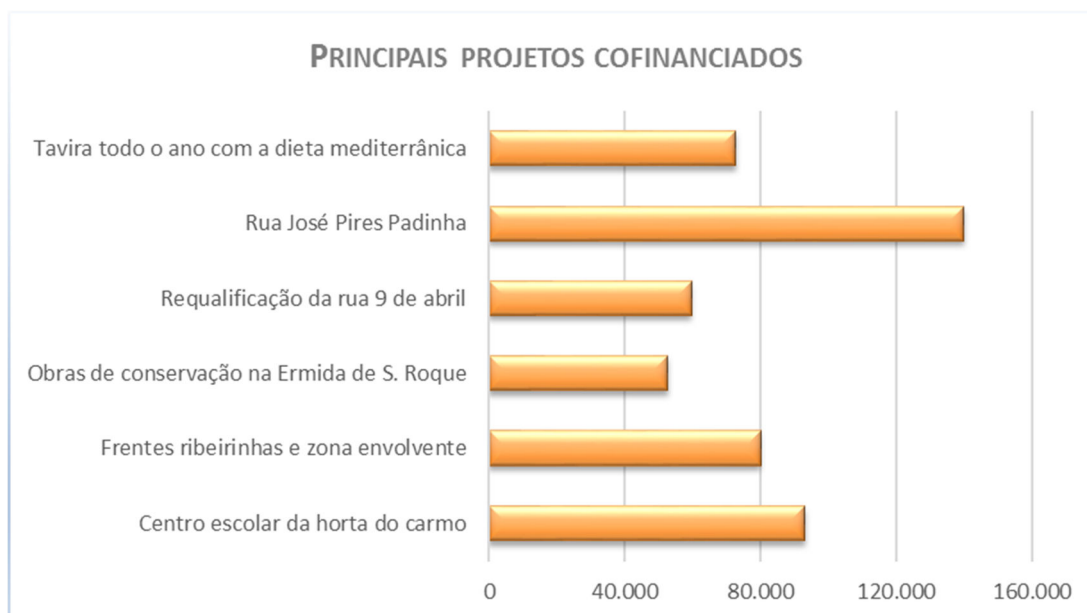


Gráfico 18 – Principais projetos cofinanciados

Os projetos de investimento com receita no corrente ano, foram os listados no quadro 8, e atingiram os €517.805, com a “*Requalificação da Rua José Pires Padinha*” a representar 27% desse valor, seguida da verba

recebida do “Centro escolar da horta do carmo” com 17,97%, que se prendeu com o encerramento da candidatura que permitiu a libertação da verba remanescente apenas no corrente ano e as “Frentes ribeirinhas e zona envolvente” com 15,44%.

No gráfico 18, constam os principais projetos que receberam financiamento no corrente ano.

2.1.5. Análise da despesa

No decorrer do ano 2017, registaram-se 19 modificações orçamentais, das quais 18 foram alterações que ocorreram essencialmente, para possibilitar a correta inscrição em orçamento das necessidades reveladas no decorrer do ano, e 1 revisão.

Em 2017, a despesa teve uma execução de 67,45%, conforme pode ser comprovado no quadro 10, onde constam as diferentes fases da despesa por classificação económica, ou seja, dos 40 milhões de euros orçamentados foram efetuados 26,9 milhões de euros de pagamentos.

DESPESA POR FASES - 2017

RÚBRICAS	Unidade: €					
	ORÇADO 1	COMPROMETIDO 2	FATURADO 3	PAGO 4	EXECUÇÃO 5=4/1	DÍVIDA 6=3-4
Despesas correntes	24.800.000	20.516.744	19.271.137	19.205.008	77,44%	66.129
Despesa com o pessoal	9.355.200	8.311.051	8.263.161	8.263.161	88,33%	0
Aquisição de bens e serviços	9.580.990	6.872.779	5.848.964	5.805.334	60,59%	43.629
Juros e outros encargos	141.650	60.310	60.310	60.310	42,58%	0
Transferências correntes	2.667.230	2.428.929	2.390.753	2.368.253	88,79%	22.500
Subsídios	1.863.330	1.683.820	1.553.214	1.553.214	83,36%	0
Outras despesas correntes	1.191.600	1.159.854	1.154.736	1.154.736	96,91%	0
Despesas de capital	15.200.000	10.103.925	7.802.256	7.774.347	51,15%	27.909
Aquisição de bens de capital	12.700.000	7.719.403	6.124.552	6.096.643	48,01%	27.909
Transferências de capital	805.300	717.060	10.245	10.245	1,27%	0
Ativos financeiros	177.200	176.984	176.982	176.982	99,88%	0
Passivos financeiros	1.515.500	1.490.478	1.490.478	1.490.478	98,35%	0
Outras despesas capital	2.000	0	0	0	0,00%	0
TOTAL	40.000.000	30.620.669	27.073.393	26.979.355	67,45%	94.038

Quadro 9 – Despesa por fases - 2017

Em relação aos compromissos assumidos o município registou cerca de 30,6 milhões de euros, ou seja, 76,5% da despesa orçamentada, enquanto a despesa realizada, ficou-se pelos 27 milhões de euros, o que significa que apenas 67,5% da despesa orçamentada é que foi faturada. Por sua vez, da despesa que foi faturada, apenas €94.038 é que não foram pagos constituindo assim dívida orçamental. Importa esclarecer, que estas faturas apenas não foram pagas, antes do final do ano, por falta de alguma formalidade legal, como é o caso

da obrigação de apresentar documentos de não dívida tributária ou contributiva.

Para se apreciar melhor o tipo de despesa será considerada para efeitos comparativos a partir deste ponto sempre a despesa realizada (faturada) dado que é esta a que melhor reflete os gastos da autarquia. Assim, temos no quadro 11 a despesa realizada nos anos 2016/2017, em que se constata que a despesa corrente cresceu, no corrente ano 6,37% (€1.154.103), muito por culpa das “*Outras despesas correntes*” que será explicado no ponto 2.1.5.1, enquanto a despesa de capital apresentou um aumento significativo de 23,33% (€1.475.942) face ao ano anterior. O que proporcionou uma variação positiva da despesa de 10,76% (€2.630.045).

DESPESA REALIZADA/FATURADA - 2016/2017

RÚBRICAS	2017		2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
	Unidade: €					
Despesas correntes	19.271.137	71,18%	18.117.034	74,12%	6,37%	1.154.103
Despesa com o pessoal	8.263.161	30,52%	8.066.238	33,00%	2,44%	196.923
Aquisição de bens e serviços	5.848.964	21,60%	5.607.416	22,94%	4,31%	241.548
Juros e outros encargos	60.310	0,22%	149.988	0,61%	-59,79%	-89.678
Transferências correntes	2.390.753	8,83%	2.223.226	9,10%	7,54%	167.527
Subsídios	1.553.214	5,74%	1.774.154	7,26%	-12,45%	-220.941
Outras despesas correntes	1.154.736	4,27%	296.012	1,21%	290,10%	858.724
						0
Despesas de capital	7.802.256	28,82%	6.326.314	25,88%	23,33%	1.475.942
Aquisição de bens de capital	6.124.552	22,62%	4.270.768	17,47%	43,41%	1.853.784
Transferências de capital	10.245	0,04%	69.018	0,28%	-85,16%	-58.773
Ativos financeiros	176.982	0,65%	176.982	0,72%	0,00%	0
Passivos financeiros	1.490.478	5,51%	1.628.985	6,66%	-8,50%	-138.507
Outras despesas capital	0	0,00%	180.561	0,74%	-100,00%	-180.561
TOTAL	27.073.393	100%	24.443.348	100%	10,76%	2.630.045

Quadro 10 – Despesa realizada/faturada - 2016/2017

O aumento da despesa de capital deu origem a uma subida ligeira do peso desta, que passou a representar 28,82% das despesas da autarquia, por contrapartida da ligeira descida das despesas correntes que se ficaram pelos 71,88%, sendo ainda assim as principais.

Em termos de distribuição das despesas por tipo, se observarmos os gráficos 19 e 20, concluímos que se registaram algumas alterações. Importa antes de mais esclarecer que a construção dos gráficos pretende demonstrar os gastos da autarquia, independentemente de se tratar de despesa corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa incluem quer o montante de natureza corrente quer o de capital, com exceção da “*Despesa com o pessoal*” que é apenas corrente.

Assim, temos que a “*Aquisição de bens e serviços*”, é a principal despesa com uma representação de 44,23% em 2017; seguida da “*Despesas com o pessoal*” que diminuiu ligeiramente o seu peso para 30,52%. Em

terceiro lugar e com um peso significativo surge a “Transferências e subsídios” com 14,61% que apenas tem esta relevância por causa da componente de subsídios, onde se incluem as transferências financeiras efetuadas no âmbito dos contratos de gestão de espaços verdes e praias com a empresa municipal.

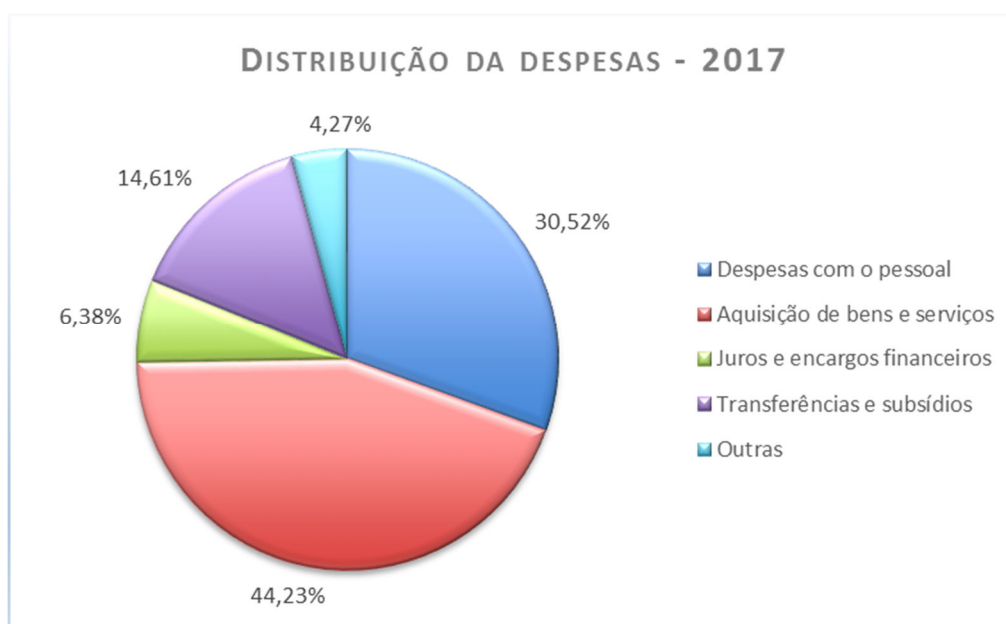


Gráfico 19 – Distribuição da despesa - 2017

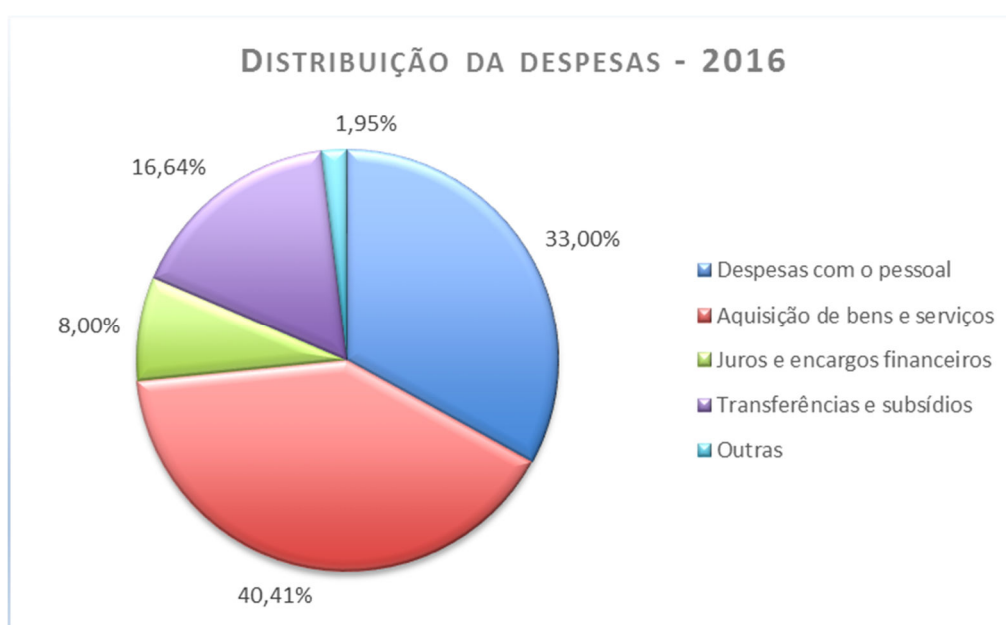


Gráfico 20 - Distribuição da despesa - 2016

No gráfico 21, demonstra a evolução da despesa realizada nos últimos cinco anos, onde se verifica que após uma ligeira quebra em 2014, as despesas têm vindo a crescer até 2017. Sendo mais notório o crescimento da despesa de capital de 2015 para 2017, o que revela o maior investimento nesta vertente por parte do executivo nos últimos anos, e que resulta também do aumento de receita que se referiu anteriormente, pois esta permite a concretização de investimentos de maior vulto.

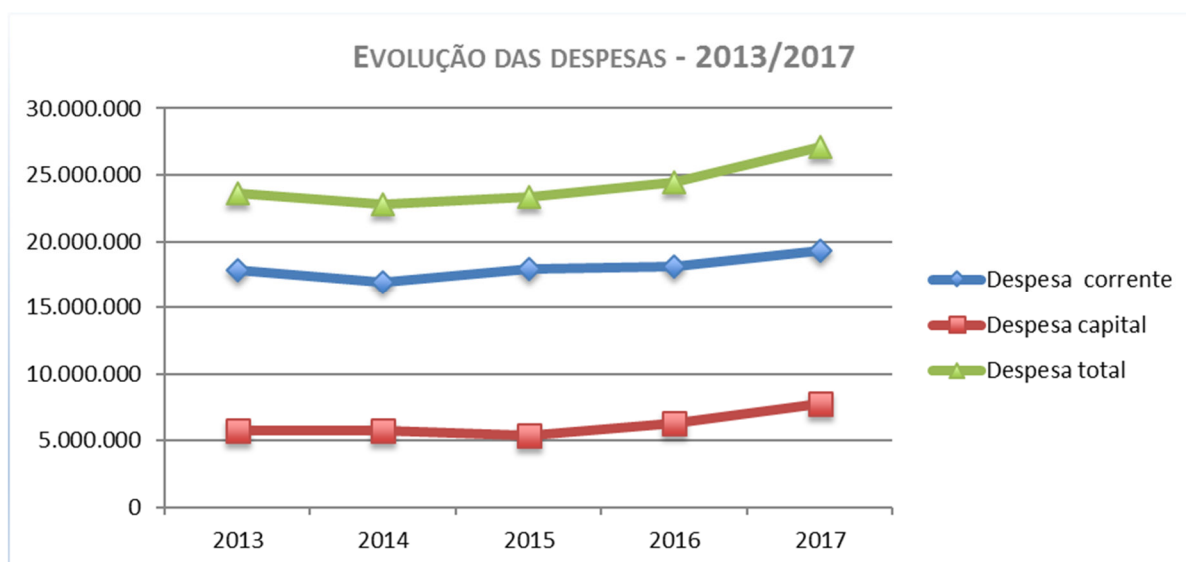


Gráfico 21 – Evolução das despesas 2013/2017

2.1.5.1. Análise da despesa corrente

A maior parte das despesas da autarquia são correntes, tal como verificado anteriormente, sendo que parte destas são despesas estruturais, que por um lado, são necessárias para o regular funcionamento da autarquia, mas que por outro podem dificultar o investimento noutras áreas.

No corrente ano, verificou-se em termos globais apenas os “*Juros e outros encargos*” e os “*Subsídios*” apresentaram variações negativas de 59,79% (€89.678) e 12,45% (€220.941), respetivamente. Enquanto as restantes tiveram um incremento das despesas onde se destacam as “*Outras despesas correntes*” com um aumento exponencial de 290,10% (€858.724) e que influenciou toda esta análise, pois se não tivesse ocorrido, a despesa corrente apenas teria aumentado 1,66% (€295.379). Este aumento deveu-se a reembolsos de impostos de IMI e IMT que a Autoridade Tributária procedeu no corrente ano e que terão a ver com “*devoluções*” de cobranças indevidas em anos anteriores.

Independentemente das variações sentidas, podemos observar no gráfico 22, que a distribuição da despesa corrente realizada não sofreu grandes alterações, com exceção das “*Outras despesas correntes*” que acabaram por absorver algum peso face ao mencionado anteriormente. No entanto, verifica-se claramente que as “*Despesas com o pessoal*” são a principal despesa corrente com uma representação de 42,88%, seguida da “*Aquisição de bens e serviços*” com 30,35%.

Considerando a importância das “*Despesas com o pessoal*” da análise do quadro 13, verifica-se um aumento global de 2,44% (€196.923). Com a rubrica “*Remunerações certas e permanentes*”, a apresentarem um incremento de 2,17% (€130.405), atendendo sobretudo ao recrutamento de 9 bombeiros recrutas e de 15

assistentes operacionais e à celebração de 4 acordos de cedência de interesse público ao abrigo do processo de internalização de atividades da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., por força da sua dissolução. A variação positiva da rubrica “*Subsídio de refeição*”, deve-se à sua atualização, imposta pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), fixando o valor de 4,52€, a partir de 01-01-2017 e de 4,77€, a partir de 01-08-2017.

DESPESA CORRENTE REALIZADA/FATURADA - 2016/2017

RÚBRICAS	Unidade: €					
	2017		2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Despesa com o pessoal	8.263.161	42,88%	8.066.238	44,52%	2,44%	196.923
Aquisição de bens e serviços	5.848.964	30,35%	5.607.416	30,95%	4,31%	241.548
Matérias-primas	108.651	0,56%	30.433	0,17%	257,01%	78.218
Combustíveis	353.704	1,84%	328.373	1,81%	7,71%	25.331
Alimentação	226.657	1,18%	256.591	1,42%	-11,67%	-29.934
Material de escritório	17.132	0,09%	20.614	0,11%	-16,89%	-3.481
Material transporte - peças	50.128	0,26%	58.462	0,32%	-14,26%	-8.334
Prémios, condecorações e ofertas	15.600	0,08%	108.002	0,60%	-85,56%	-92.402
Material de educação, cultura e recreio	157.326	0,82%	102.484	0,57%	53,51%	54.842
Encargos das instalações	814.655	4,23%	824.207	4,55%	-1,16%	-9.552
Limpeza e higiene	244.650	1,27%	97.184	0,54%	151,74%	147.466
Conservação de bens	111.292	0,58%	147.681	0,82%	-24,64%	-36.389
Locação de bens	230.269	1,19%	240.401	1,33%	-4,21%	-10.131
Comunicações	71.243	0,37%	63.497	0,35%	12,20%	7.746
Transportes	372.107	1,93%	397.856	2,20%	-6,47%	-25.750
Seguros	150.488	0,78%	139.348	0,77%	7,99%	11.141
Publicidade	149.578	0,78%	116.079	0,64%	28,86%	33.499
Vigilância e segurança	134.499	0,70%	118.188	0,65%	13,80%	16.311
Assistência técnica	121.311	0,63%	129.537	0,72%	-6,35%	-8.227
Seminários, exposições e similares	38.721	0,20%	23.257	0,13%	66,49%	15.464
Trabalhos especializados	253.365	1,31%	212.908	1,18%	19,00%	40.457
Encargos cobrança de receita	356.339	1,85%	358.846	1,98%	-0,70%	-2.507
Outros	1.871.247	9,71%	1.833.466	10,12%	2,06%	37.781
Juros e outros encargos	60.310	0,31%	149.988	0,83%	-59,79%	-89.678
Transferências correntes	2.390.753	12,41%	2.223.226	12,27%	7,54%	167.527
Freguesias	887.843	4,61%	804.449	4,44%	10,37%	83.395
Associações de Municípios	50.811	0,26%	41.560	0,23%	22,26%	9.251
Inst. Sem fins lucrativos	1.388.624	7,21%	1.200.136	6,62%	15,71%	188.488
Outros	63.475	0,33%	177.082	0,98%	—	-113.607
Subsídios	1.553.214	8,06%	1.774.154	9,79%	-12,45%	-220.941
Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.428.968	7,42%	1.676.770	9,26%	-14,78%	-247.802
Outros	124.245	0,64%	97.384	0,54%	27,58%	26.862
Outras despesas correntes	1.154.736	5,99%	296.012	1,63%	290,10%	858.724
TOTAL	19.271.137	100%	18.117.034	100%	6,37%	1.154.103

Quadro 11 – Despesa corrente realizada/faturada – 2016/2017

Há um aumento na rubrica “*Abonos variáveis ou eventuais*” de 10,72% (€31.402), devido sobretudo às “*Ajudas de custo*” e ao “*Subsídio de turno*”, pela necessidade de deslocação dos bombeiros recrutados para formação e em virtude de acertos que foram realizados no subsídio de turno, no âmbito do seu pagamento na remuneração correspondente ao período de férias dos últimos cinco anos (€25.849,41), respetivamente.

Relativamente ao aumento da rubrica “Segurança social”, de 1,99% (€35.116), este comportamento deve-se essencialmente aos encargos com a saúde, às contribuições para a segurança social e seguros.

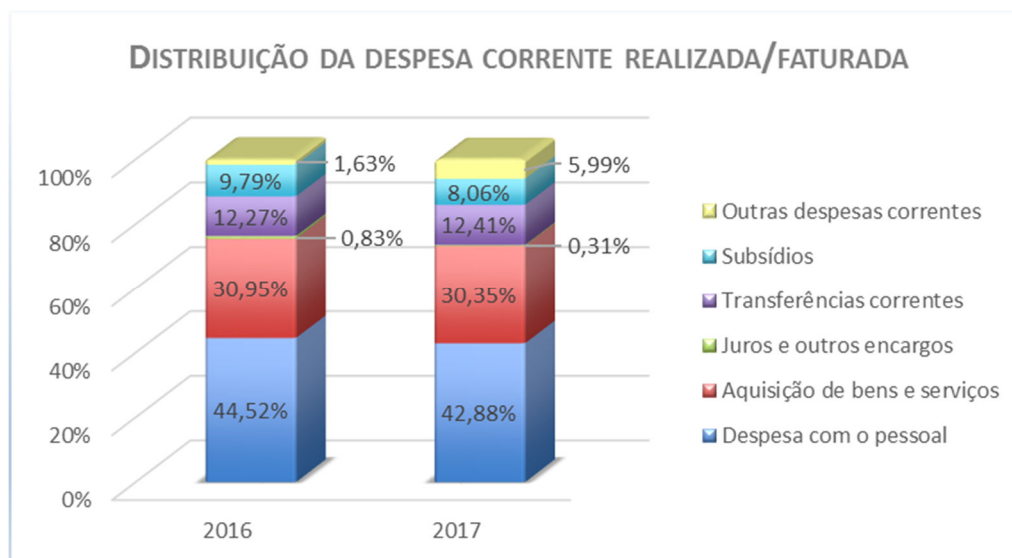


Gráfico 22 – Distribuição da despesa corrente realizada/faturada

DESPESA COM O PESSOAL 2016/2017

Unidade: €

RÚBRICAS	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Remunerações certas e permanentes	6.143.126	74,34%	6.012.720	74,54%	2,17%	130.405
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	135.469	1,64%	125.973	1,56%	7,54%	9.497
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.509.906	54,58%	4.471.050	55,43%	0,87%	38.855
Pessoal aguardando aposentação	2.935	0,04%	3.677	0,05%	-20,18%	-742
Pessoal em qualquer outra situação	86.125	1,04%	68.960	0,85%	24,89%	17.164
Representação	59.145	0,72%	53.242	0,66%	11,09%	5.903
Subsídio de refeição	424.678	5,14%	383.104	4,75%	10,85%	41.574
Subsídio de férias e de Natal	812.367	9,83%	812.569	10,07%	-0,02%	-202
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	112.501	1,36%	94.145	1,17%	19,50%	18.356
Abonos variáveis ou eventuais	324.382	3,93%	292.980	3,63%	10,72%	31.402
Horas extraordinárias	179.457	2,17%	179.032	2,22%	0,24%	426
Ajudas de custo	29.763	0,36%	19.675	0,24%	51,28%	10.088
Abono para falhas	2.592	0,03%	2.480	0,03%	4,51%	112
Subsídio de turno	90.968	1,10%	71.297	0,88%	27,59%	19.672
Outros suplementos e prémios	21.601	0,26%	20.497	0,25%	5,39%	1.104
Segurança social	1.795.654	21,73%	1.760.538	21,83%	1,99%	35.116
Encargos com a saúde	224.049	2,71%	214.986	2,67%	4,22%	9.064
Outros encargos com a saúde	56.694	0,69%	54.339	0,67%	4,33%	2.355
Subsídio familiar a criança e jovens	28.496	0,34%	26.164	0,32%	8,91%	2.332
Outras prestações familiares	4.182	0,05%	5.772	0,07%	-27,54%	-1.589
Contribuições para a segurança social	1.408.234	17,04%	1.392.008	17,26%	1,17%	16.225
Seguros	72.250	0,87%	65.471	0,81%	10,35%	6.779
Outras despesas de segurança social	1.748	0,02%	1.798	0,02%	-2,77%	-50
TOTAL	8.263.161	100%	8.066.238	100%	2,44%	196.923

Quadro 12 – Despesa com o pessoal 2016/2017



Gráfico 23 – Despesas com o pessoal

O gráfico 24, ilustra as alterações pontuais ocorridas nas despesas com o pessoal nos anos de 2016 e 2017.

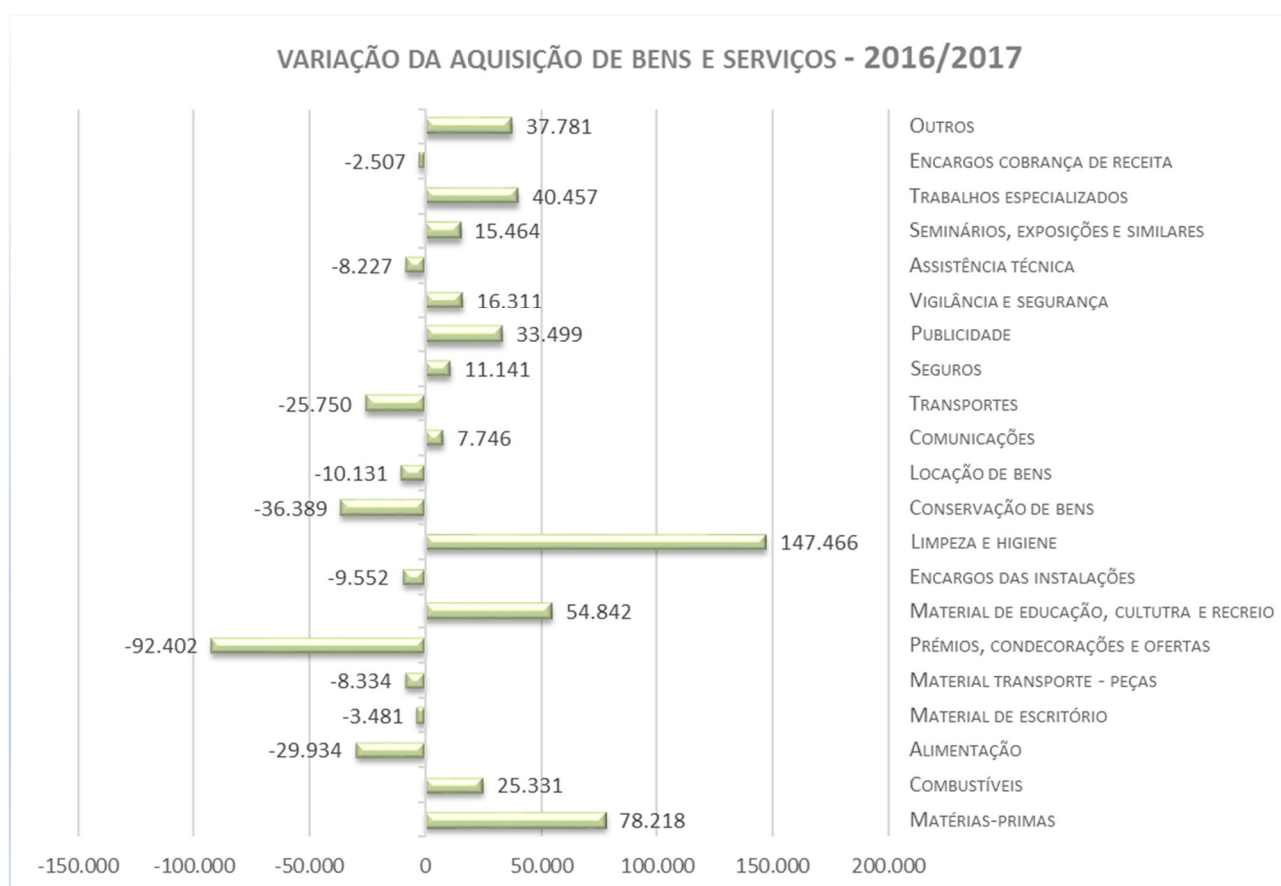


Gráfico 24 – Variação da aquisição de bens e serviços – 2016/2017

No que concerne, às despesas com “*Aquisições de serviços*”, foi elaborado o gráfico 24, para se perceber de uma forma mais objetiva as variações positivas e negativas das principais rubricas que a comportam. Assim,

verificamos que as despesas com “*Limpeza e higiene*” se destacaram pela positiva, com um incremento de €147.466, o que se justifica pela necessidade de contratação de serviços externos, no corrente ano, para a limpeza dos vários serviços administrativos, e que em anos anteriores se conseguia através de recursos internos e por via de contratos de inserção e emprego, que deixaram de ser viáveis. Destaca-se ainda, pela positiva as “*Matérias-primas*” com €78.218, por força de se terem realizado mais obras por administração direta, nomeadamente ao nível de pinturas, desde arruamentos a edifícios; e o “*Material de educação, cultura e recreio*” com €54.842, que resultou de um maior investimento em material de educação. Em contrapartida, os “*Prémios, condecorações e ofertas*” reduziram em €92.402, uma vez que no ano anterior os cabazes de Natal foram faturados dentro do próprio ano, e em 2017 a fatura não foi confirmada em tempo útil, não se encontrando por isso refletida na despesa realizada. De resto, as despesas mantêm-se mais ou menos estáveis, com oscilações pouco relevantes e normais.

2.1.5.2. Análise da despesa de capital

A despesa de capital, reveste uma natureza duradoura, sendo por isso relevante o crescimento que esta apresentou, e que se pode aferir no quadro 16, por tipo de despesa.

DESPESA DE CAPITAL REALIZADA/FATURADA – 2016/2017

Unidade: €

RÚBRICA	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Aquisição de bens de capital	6.124.552	78,50%	4.270.768	67,51%	43,41%	1.853.784
Terrenos	17.957	0,23%	212.957	3,37%	-91,57%	-195.000
Habitacões	358.578	4,60%	43.036	0,68%	733,20%	315.542
Instalações desportivas e recreativas	760.390	9,75%	285.388	4,51%	166,44%	475.002
Sinalização e trânsito	102.975	1,32%	19.279	0,30%	434,12%	83.696
Material de transporte	375.255	4,81%	350.074	5,53%	7,19%	25.181
Viação urbana	1.868.946	23,95%	1.307.125	20,66%	42,98%	561.820
Viação rural	1.546.245	19,82%	1.408.730	22,27%	9,76%	137.516
Cemitérios	140.363	1,80%	26.046	0,41%	438,90%	114.317
Equipamento administrativo e informático	208.929	2,68%	63.693	1,01%	228,02%	145.235
Equipamento básico	347.421	4,45%	110.769	1,75%	213,64%	236.651
Outros	397.493	5,09%	443.670	7,01%	-10,41%	-46.176
Transferências de capital	10.245	0,13%	69.018	1,09%	-85,16%	-58.773
Inst. sem fins lucrativos	10.245	0,13%	69.018	1,09%	-85,16%	-58.773
Ativos financeiros	176.982	2,27%	176.982	2,80%	0,00%	0
Passivos financeiros	1.490.478	19,10%	1.628.985	25,75%	-8,50%	-138.507
Outras despesas capital	0	0,00%	180.561	2,85%	-100,00%	-180.561
TOTAL	7.802.256	100%	6.326.314	100%	23,33%	1.475.942

Quadro 13 – Despesa de capital realizada/faturada – 2016/2017

O aumento expressivo da despesa de capital, de 23,33% (€1.475.942), resultou da forte aposta na execução de “*Aquisição de bens de capital*” com 43,41% (€1.853.784), dado que no corrente ano registaram-se fortes

aumentos no investimento na “*Viação urbana*” (€561.820) com a realização de várias obras de requalificação e reabilitação de diversas ruas do concelho de Tavira; nas “*Instalações desportivas e recreativas*” (€475.002) que resultaram do investimento à muito necessário no Pavilhão Municipal Eduardo Mansinho; nas “*Habitações*” (€315.542), com a execução de diversas obras de conservação e pintura de prédios de habitação social; conforme se pode visualizar com melhor detalhe no gráfico 25.

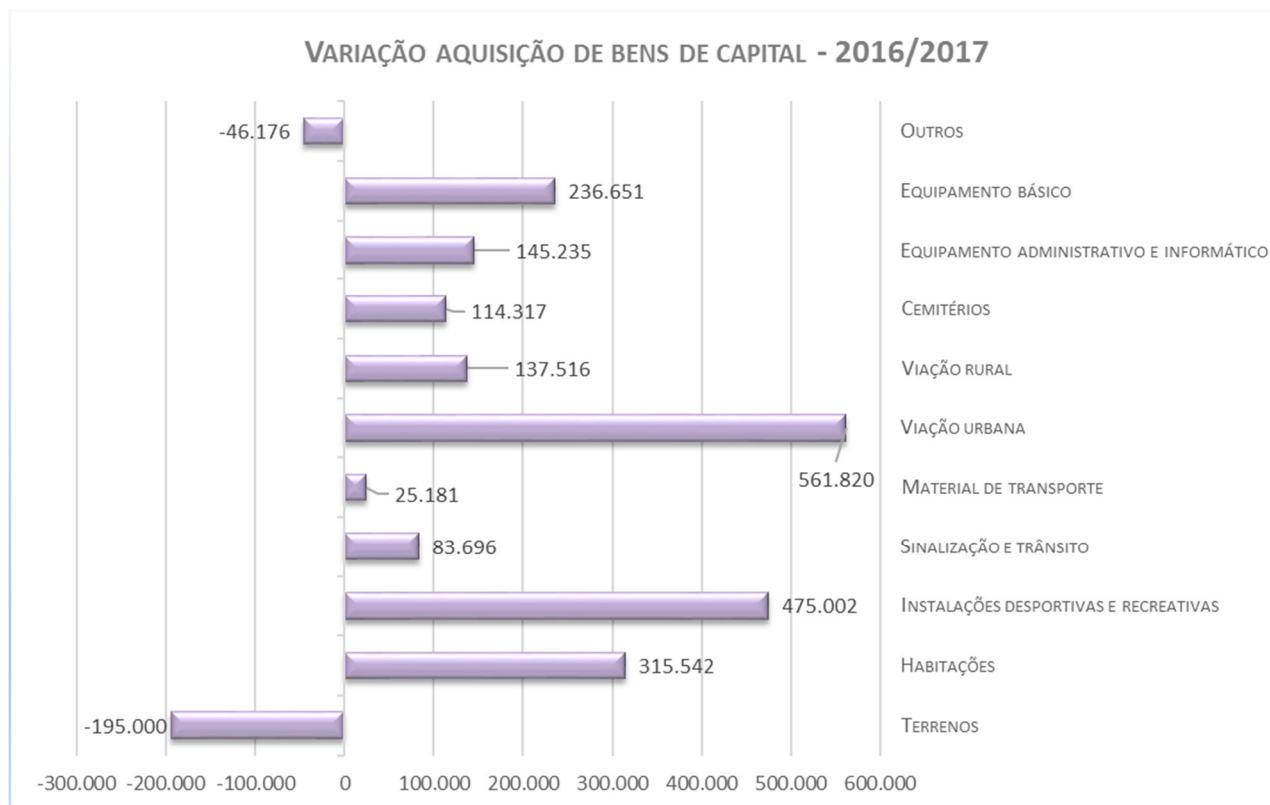


Gráfico 25 – Variação da aquisição de bens de capital - 2016/2017

Em contrapartida, apenas se verificaram quebras significativas na aquisição de “*Terrenos*” (€195.000), das “*Outras despesas de capital*” (€180.561) e dos “*Passivos financeiros*” (€138.507).

2.1.5.3. Transferências e subsídios concedidos

As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano registaram uma redução de 2,76% (€112.187) face ao ano anterior, conforme pode ser observado no quadro 15, as diminuições sentidas nos “*Subsídios correntes*” de €247.802 (14,78%) em conjunto com as “*Outras transferências e subsídios*” €77.494 (24,52%) e as “*Transferências de capital*” €58.773 (85,16%) não foram compensadas pelo aumento das “*Transferências correntes*” €271.883 (13,56%).

Importa referir que a redução dos “*Subsídios*” se prende com o facto de apenas se terem realizado 11 faturas

dos contratos de gestão dos verdes e das praias com a empresa local em 2017, quando no ano anterior se tinham registado as 13.

DESPESAS REALIZADAS COM TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – 2016/2017

Unidade: €

RÚBRICA	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transferências correntes	2.276.467	57,57%	2.004.585	49,30%	13,56%	271.883
Freguesias	887.843	22,45%	804.449	19,78%	10,37%	83.395
Instituições sem fins lucrativos	1.388.624	35,12%	1.200.136	29,51%	15,71%	188.488
Subsídios correntes	1.428.968	36,14%	1.676.770	41,23%	-14,78%	-247.802
Empresas municipais	1.428.968	36,14%	1.676.770	41,23%	-14,78%	-247.802
Transferências capital	10.245	0,26%	69.018	1,70%	-85,16%	-58.773
Instituições sem fins lucrativos	10.245	0,26%	69.018	1,70%	-85,16%	-58.773
Outras transferências e subsídios	238.531	6,03%	316.025	7,77%	-24,52%	-77.494
Correntes	238.531	6,03%	316.025	7,77%	-24,52%	-77.494
Capital	0	0,00%	0	0,00%	---	0
TOTAL	3.954.212	100%	4.066.398	100%	-2,76%	-112.187

Quadro 14 – Despesas realizadas com transferências e subsídios – 2016/2017

Em termos de estrutura, em 2017, houve uma alteração da distribuição das transferências e subsídios concedidos, conforme se pode observar no gráfico 26. Em que as “Transferências correntes” são as que detêm maior representação nas despesas realizadas com transferências e subsídios, com 58%, seguidas dos “Subsídios correntes” que diminuíram para os 36%.

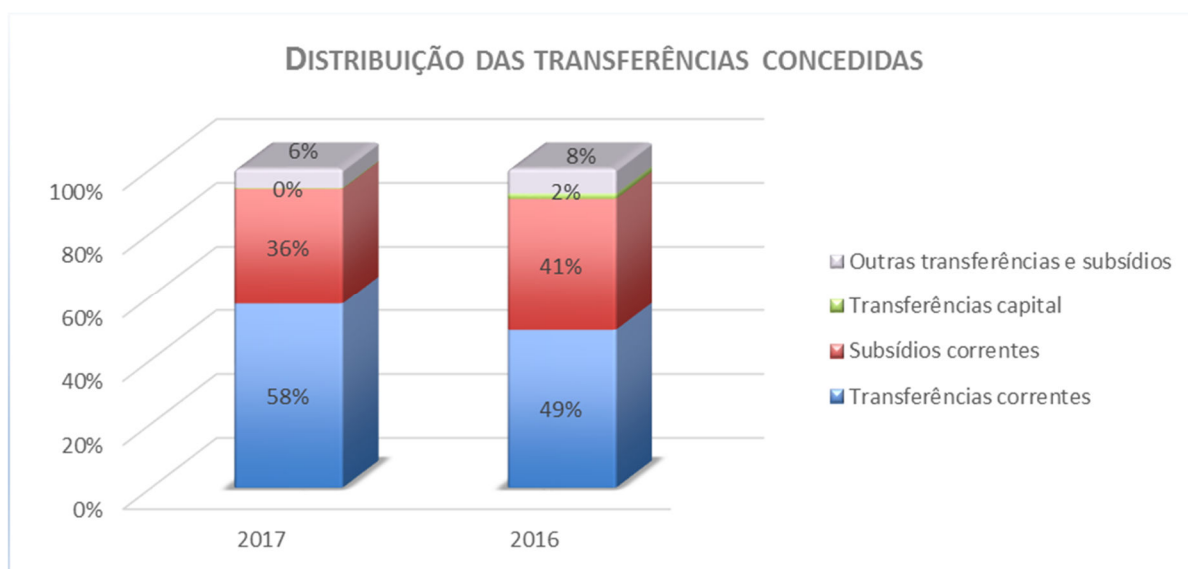


Gráfico 26 – Distribuição das transferências concedidas

2.1.6. Movimentos de tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado no quadro 16, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	2017 OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	2016 OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo da gerência anterior	13.567.510	149.601	13.717.111	10.491.882	151.778	10.643.660
Receitas arrecadadas	28.542.567	1.703.781	30.246.347	27.513.343	1.674.009	29.187.352
Despesas pagas	26.979.355	1.781.143	28.760.498	24.437.715	1.676.186	26.113.901
Saldo a transitar para gerência seguinte	15.130.722	72.238	15.202.960	13.567.510	149.601	13.717.111

Quadro 15 – Resumo da conta de gerência

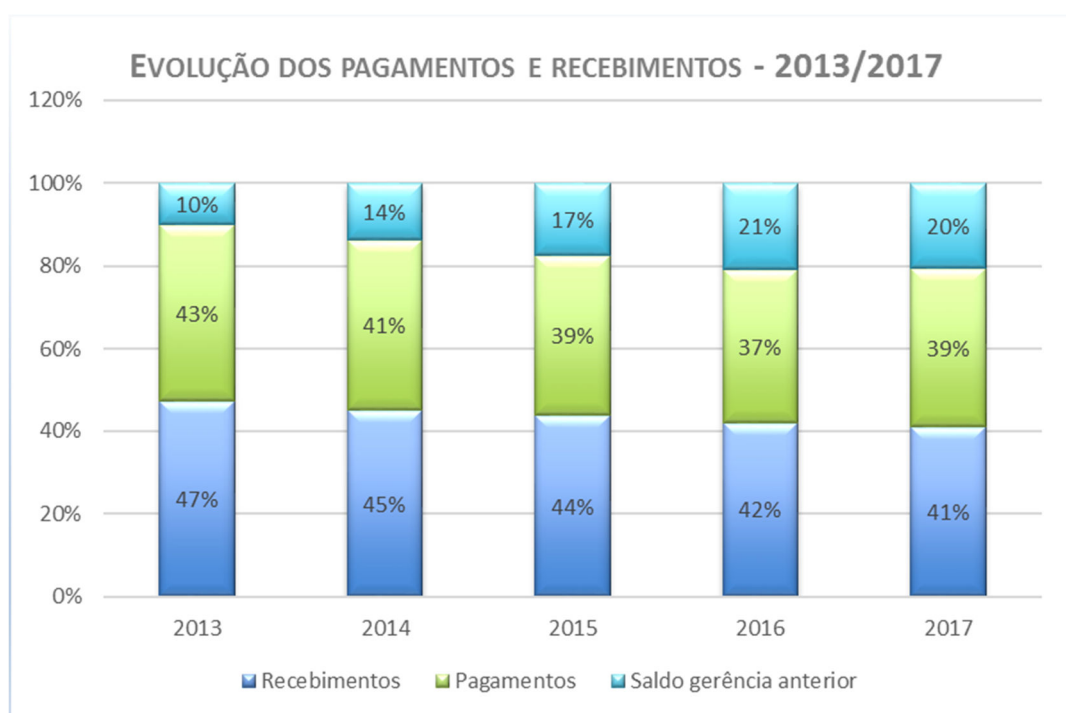


Gráfico 27 – Evolução dos pagamentos e recebimentos – 2013/2017

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2017, verifica-se que a receita arrecadada¹⁵ neste ano, comparativamente com 2016, sofreu um aumento de cerca de 1,1 milhões de euros que não compensou o aumento das despesas pagas, que aumentou cerca de 2,6 milhões de euros. Pelo que, sendo as receitas

¹⁵ A receita arrecadada é a receita que efetivamente foi cobrada.

arrecadadas superiores às despesas pagas em cerca de 1,5 milhões, o saldo a transitar para o ano de 2018 apresenta um crescimento dessa ordem, totalizando os €15.202.960, o qual se decompõe em €15.130.722 de saldos de operações orçamentais e €72.238 de operações de tesouraria.

A evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 5 anos é demonstrada no gráfico 27, onde se encontra ilustrado o crescimento da diferença entre os recebimentos e os pagamentos desde 2013, revelando um constante aumento do saldo da gerência que em 2013 representava apenas 10% e em 2016 atingiu os 21%, com crescimentos na ordem dos 3% a 4% ao ano. Em 2017, podemos confirmar que o aumento dos pagamentos originou a que o saldo a transitar não aumentasse tanto como em anos anteriores, reduzindo até ligeiramente o seu peso para 20%, mantendo-se, todavia, com uma representação muito significativa.

GARANTIAS E CAUÇÕES

Unidade: €	
DESCRIÇÃO	TOTAL
Saldo Inicial	2.345.466
Cauções rececionadas	872.557
Cauções devolvidas	208.364
SALDO A TRANSITAR	3.009.660

Quadro 16 – Garantias e cauções

Em termos de garantias e cauções, no ano de 2017, receberam-se €872.557 e devolveram-se apenas €208.364, o que resultou no aumento do saldo a transitar para 2018, no montante de €3.009.660. Este saldo é composto por garantias e cauções tituladas em papel e em depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

2.2. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os mapas que se seguem, dão cumprimento ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial do Município a 31 de dezembro de 2017.

2.2.1. Análise ao balanço

O quadro 17, espelha, os ativos, os fundos próprios e os passivos do Município de Tavira em termos gerais, registaram uma diminuição de 0,82%, ou seja, menos €1.970.851 que no ano anterior.

BALANÇO SINTÉTICO

Unidade: €

RÚBRICA	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Ativo líquido						
Imobilizado	212.168.519	89,44%	215.818.939	90,23%	-1,69%	-3.650.421
Existências	441.328	0,19%	416.891	0,17%	5,86%	24.437
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	7.902	0,00%	7.902	0,00%	0,00%	0
Dívidas de terceiros - curto prazo	799.226	0,34%	860.412	0,36%	-7,11%	-61.186
Disponibilidades	15.202.960	6,41%	13.717.111	5,73%	10,83%	1.485.849
Acréscimos e diferimentos	8.600.539	3,63%	8.370.068	3,50%	2,75%	230.471
TOTAL DO ATIVO	237.220.473	100%	239.191.323	100%	-0,82%	-1.970.851
Fundos próprios						
Património	203.846.523	85,93%	203.846.523	85,22%	0,00%	0
Reservas	10.435.717	4,40%	8.689.957	3,63%	20,09%	1.745.760
Resultados	-6.743.645	-2,84%	-1.671.988	-0,70%	303,33%	-5.071.657
	207.538.595	87,49%	210.864.492	88,16%	-1,58%	-3.325.897
Passivo						
Provisões	3.371.278	1,42%	672.347	0,28%	401,42%	2.698.931
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	9.354.265	3,94%	10.844.743	4,53%	-13,74%	-1.490.478
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.910.797	0,81%	2.117.403	0,89%	-9,76%	-206.607
Acréscimos e diferimentos	15.045.538	6,34%	14.692.338	6,14%	2,40%	353.200
	29.681.877	12,51%	28.326.831	11,84%	4,78%	1.355.046
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	237.220.473	100%	239.191.323	100%	-0,82%	-1.970.851

Quadro 17 – Balanço sintético

A diminuição deveu-se essencialmente ao facto de no corrente ano os resultados, que incluem os “*Resultados transitados*” e o RLE¹⁶, terem passado a ser negativos por força da acumulação de resultados de exercício negativos ao longo de vários anos, e que são normais a partir do momento em que o Município tem

¹⁶ RLE – Resultado líquido do exercício.

reconhecido o seu vasto património.

Em relação ao “Ativo líquido” registou-se a referida redução, que resultou da diminuição normal no “Imobilizado”, cerca de 3,6 milhões de euros (1,69%). Em contrapartida, o aumento das disponibilidades, de cerca de 1,5 milhões de euros (10,83%) fez com que a quebra, no corrente ano, não fosse muito significativa. Importa ainda referir que, no corrente ano, registou-se um aumento significativo do imobilizado por via de uma doação de um terreno o que contribuiu para a redução do impacto normal das amortizações anuais.

No que toca ao passivo, importa relevar a redução das dívidas, quer de médio longo prazo (13,74%). quer de curto prazo (9,76%), e o aumento das reservas em cerca de 1,7 milhões de euros que resultou do referido anteriormente (doação de terreno).

INDICADORES AO BALANÇO

Unidade: €		
INDICADORES	2017	2016
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo total	89,44%	90,23%
Ativo circulante / Ativo total	10,56%	9,77%
Ativo fixo / Ativo circulante	846,91%	923,39%
Estrutura do passivo		
Passivo médio e longo prazo / Passivo exigível	83,04%	83,66%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	16,96%	16,34%
Passivo curto prazo / Passivo médio e longo prazo	20,43%	19,52%
Análise ao ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento de médio e longo prazo	2268,15%	1990,08%
Amortizações do exercício / Variação imobilizado	-296%	-122%
Análise do passivo exigível		
Passivo exigível / Fundos próprios	5,43%	6,15%
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	0,92%	1,00%
Exigível a médio e longo prazo / Fundos próprios	4,51%	5,14%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado corpóreo	9,85%	11,65%
Grau de autonomia		
Fundos próprios / Ativo	87,49%	88,16%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	795,63%	647,83%
Índice de Solvência		
Ativo / Passivo exigível	15,62	16,93

Quadro 18 – Indicadores ao balanço

No quadro 18, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- A estrutura do ativo em 2017 mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2016. A descida em termos globais, resulta de uma ligeira diminuição do ativo fixo da autarquia, por contrapartida do reforço da representatividade do ativo circulante no ativo total;
- O passivo também não sofreu alterações na sua estrutura, em comparação com o ano anterior, mantendo-se o maior peso do passivo de médio longo prazo, no passivo exigível¹⁷, com um peso de 83,04%;
- A autarquia possui um ativo fixo elevado o que serve de garantia perante as entidades financiadoras;
- Mantem-se uma relação negativa entre as amortizações do exercício e a variação de imobilizado, face à diminuição do ativo fixo em 2017;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 87,49%;
- O índice de liquidez imediata mantém-se extremamente elevado, resultado do aumento acentuado das disponibilidades e da diminuição do exigível a curto prazo, atingindo os 795,63%, ou seja, as disponibilidades cobrem largamente a dívida de curto prazo;
- O índice de solvência demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos, tendo subido face ao ano anterior.

2.2.2. Análise à demonstração de resultados

O quadro da demonstração de resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município de Tavira no ano de 2017.

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2017, registaram um ligeiro crescimento de €117.457 (0,36%), face a 2016. Todos os custos apresentaram aumentos, onde se destacam as provisões do exercício que aumentaram cerca de 1,7 milhões, referente essencialmente a processos que decorrem em tribunais. Por outro lado, os custos e perdas extraordinários, apresentaram uma redução significativa e que veio compensar as subidas, dado que no corrente ano não foi possível efetuar regularizações de amortizações decorrentes da transferência de imobilizado em curso para definitivo.

Quanto aos proveitos e ganhos, estes registaram em 2017, um aumento ligeiro de €239.903 (0,88%) em comparação com 2016. Com os “*Proveitos financeiros*” a serem os principais impulsionadores da subida, dado que o seu aumento compensou as ligeiras quebras ao nível dos “*Proveitos e ganhos extraordinários*” e

¹⁷ O passivo exigível resulta da soma da dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo.

das “Vendas e prestações de serviços”.

Da diferença entre custos e proveitos, verifica-se um resultado líquido do exercício negativo de €5.071.657 devido, sobretudo, ao montante expressivo das amortizações do exercício (€10.805.658), aos custos com pessoal (8.348.996) e ao fornecimento e serviços externos (€5.551.694).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	Valor
Custos e perdas	32.541.922	100%	32.424.465	100%	0,36%	117.457
CMVMC	460.222	1,41%	427.000	1,32%	7,78%	33.222
Fornecimento e serviços externos	5.551.694	17,06%	5.247.151	16,18%	5,80%	304.543
Pessoal	8.348.996	25,66%	8.225.146	25,37%	1,51%	123.850
Transf. e subsídios correntes concedidos	4.032.211	12,39%	3.691.317	11,38%	9,24%	340.895
Amortizações do exercício	10.805.658	33,21%	10.599.632	32,69%	1,94%	206.026
Provisões do exercício	2.706.210	8,32%	1.001.107	3,09%	---	1.705.103
Outros custos operacionais	152.740	0,47%	59.182	0,18%	158,09%	93.558
Custos e perdas financeiras	70.763	0,22%	155.632	0,48%	-54,53%	-84.868
Custos e perdas extraordinárias	413.427	1,27%	3.018.299	9,31%	-86,30%	-2.604.873
Proveitos e ganhos	27.470.265	100%	27.230.362	100%	0,88%	239.903
Vendas e prestações de serviços	1.250.991	4,55%	1.326.978	4,87%	-5,73%	-75.987
Impostos e taxas	15.492.902	56,40%	15.517.493	56,99%	-0,16%	-24.591
Transferências e subsídios correntes	7.555.485	27,50%	7.455.492	27,38%	1,34%	99.994
Proveitos financeiros	2.605.847	9,49%	2.142.727	7,87%	21,61%	463.119
Proveitos e ganhos extraordinários	565.040	2,06%	787.672	2,89%	-28,26%	-222.632
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-5.071.657	100%	-5.194.103	100%	-2,36%	-122.446

Quadro 19 – Demonstração de resultados por natureza

2.2.3. Dívida

2.2.3.1. Dívida global

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve sempre ter em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

No quadro 20, é apresentada a dívida do Município de Tavira nos anos 2016 e 2017, onde se comprova a redução desta em 2017, de 8,26% (€1.005.508) face ao ano anterior.

No corrente ano, registou-se um aumento significativo da dívida de curto prazo, no montante de €661.950 (147,60%). No entanto, esta deve-se ao facto de este ano não ter sido possível conferir uma série de faturação que apenas chegou aos serviços no último dia útil, e no início do ano seguinte, não tendo por isso sido paga. Se somarmos os montantes das faturas em conferência verificamos que estes aumentaram

€606.514. Em relação à restante dívida de curto prazo o aumento foi pouco significativo e apenas não se concretizou o pagamento devido a alguns impedimentos legais, tais como a não apresentação de certidões de não dívida em tempo.

DÍVIDA - 2016/2017

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIAÇÃO 2016-2017	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	Unidade: €	
					€	%
Curto prazo	1.110.441	9,94%	448.491	3,68%	661.950	147,60%
Fornecedores c/c	43.629	0,39%	3.066	0,03%	40.564	1323,13%
Fornecedores c/c em conferência	628.163	5,62%	132.101	1,08%	496.062	375,52%
Fornecedores de imobilizado	277.806	2,49%	267.854	2,20%	9.952	3,72%
Fornec. Imob em conferência	137.017	1,23%	26.565	0,22%	110.452	415,78%
Estado	0	0,00%	15.011	0,12%	-15.011	-100,00%
Outros credores	23.826	0,21%	3.893	0,03%	19.932	511,96%
Médio e longo prazo	10.062.201	90,06%	11.729.661	96,32%	-1.667.460	-14,22%
Empréstimos excecionados	4.813.638	43,08%	5.383.282	44,20%	-569.644	-10,58%
Empréstimos não excecionados	4.540.628	40,64%	5.461.461	44,85%	-920.833	-16,86%
FAM	707.936	6,34%	884.918	7,27%	-176.982	-20,00%
TOTAL	11.172.642	100%	12.178.151	100%	-1.005.509	-8,26%

Quadro 20 – Dívida - 2016/2017

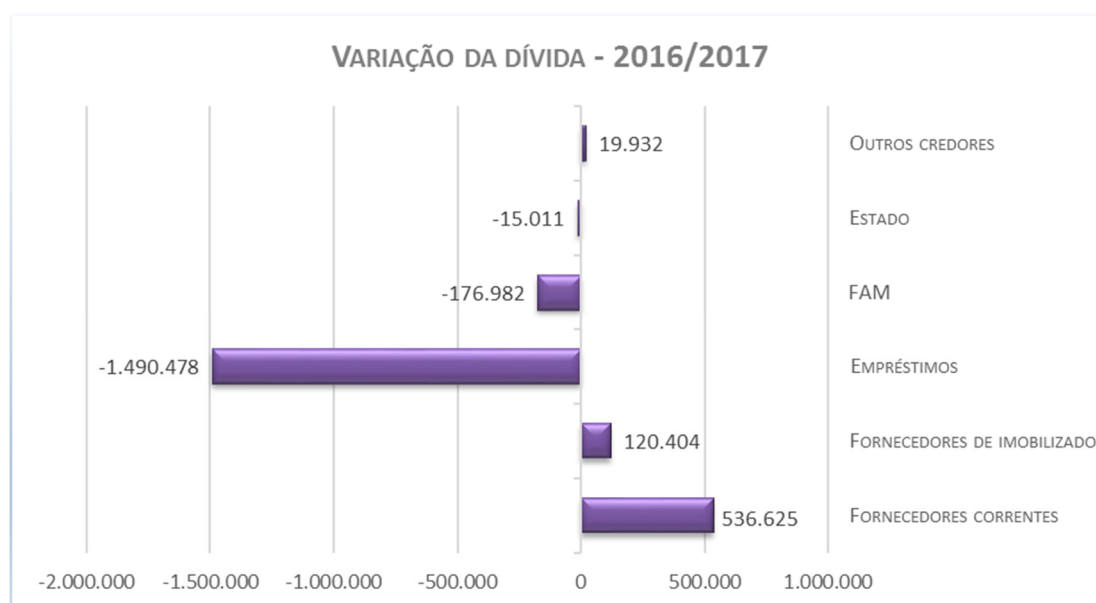


Gráfico 28 – Variação da dívida – 2016/2017

Quanto à dívida de médio e longo prazo diminuiu €1.667.460 (14,22%), para os €10.062.201, que resultou da amortização normal de empréstimos e do FAM (Fundo de apoio financeiro - instrumento criado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que obrigou os municípios a contribuírem para o capital social, amortizando a sua participação ao longo de 7 anos).

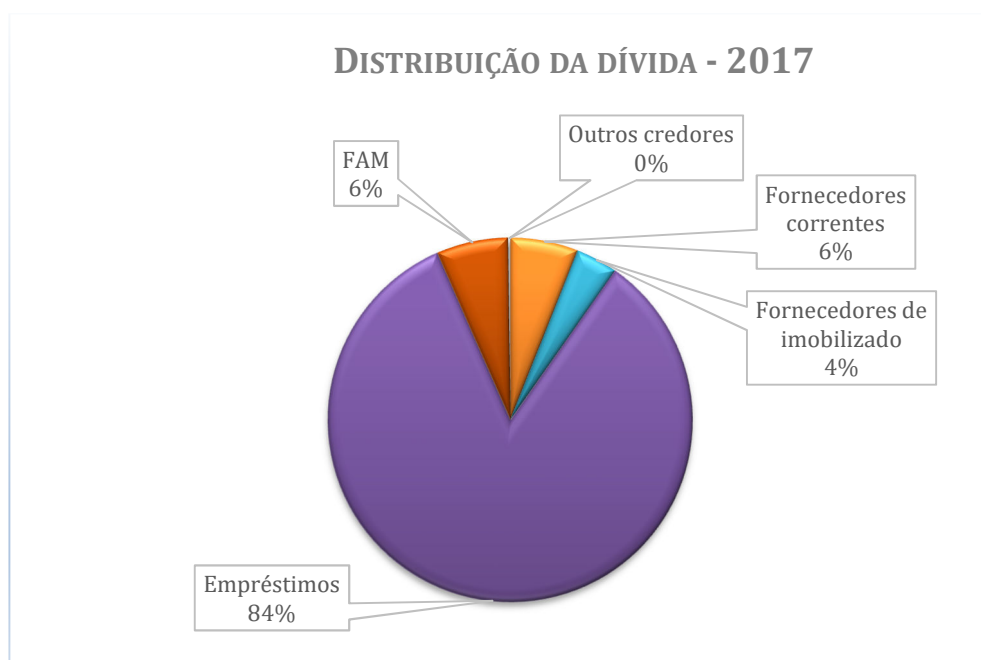


Gráfico 29 – Distribuição da dívida – 2017

O gráfico 29, ilustra de uma forma clara que o peso da dívida por tipo, onde se destacam os empréstimos com 84% seguida do FAM e dos fornecedores correntes com 6% cada. Sendo que estes últimos apenas têm este peso por força da dívida em conferência.

Se apreciarmos a evolução da dívida nos últimos 5 anos, no gráfico 30, vemos que tem havido uma forte redução da dívida e que a tendência será para que esta reduza à medida que se vão amortizando os empréstimos e o FAM.



Gráfico 30 – Evolução da dívida – 2013/2017

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Unidade: €	
			VARIAÇÃO 2016-2017	
			€	%
Empréstimos excecionados	4.813.638	5.461.461	-647.824	-11,86%
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	987.496	1.135.130	-147.634	-13,01%
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	330.698	372.730	-42.032	-11,28%
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	1.033.431	1.147.759	-114.328	-9,96%
Horta do Carmo / 64 fogos - INH (1992)	60.886	121.480	-60.593	-49,88%
Atalaia - INH (1993)	102.671	143.382	-40.711	-28,39%
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	280.769	311.629	-30.860	-9,90%
III QCA - EM 504 - CGD (945/687/19)	0	8.215	-8.215	-100,00%
III QCA - EM Alcaria Fria - CGD (944/887/19)	0	10.706	-10.706	-100,00%
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	454.441	499.124	-44.683	-8,95%
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	84.811	101.260	-16.449	-16,24%
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	1.419.958	1.546.278	-126.320	-8,17%
Tavira Digital (948/087/19)	1.352	2.704	-1.352	-50,00%
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	57.125	61.065	-3.940	-6,45%
Empréstimos não excecionados	4.540.628	5.383.282	-842.654	-15,65%
Horta do Carmo / Inst. diversas - CGD (24/787/19)	602.801	802.864	-200.064	-24,92%
Parque industrial - BPI (830-001/0665)	266.026	399.038	-133.013	-33,33%
Cine-teatro - CCA (5843)	389.961	487.452	-97.490	-20,00%
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	140.719	168.537	-27.818	-16,51%
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	304.300	363.941	-59.641	-16,39%
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	221.994	259.136	-37.142	-14,33%
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	316.327	361.022	-44.695	-12,38%
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	23.726	25.613	-1.887	-7,37%
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	2.209.580	2.383.045	-173.465	-7,28%
Investimentos de Imobilizado - BPI (6102232010153)	0	52.642	-52.642	-100,00%
Recuperação da Igreja das Ondas - QREN -IFDR	65.194	79.992	-14.798	-18,50%
TOTAL	9.354.265	10.844.743	-1.490.478	-13,74%

Quadro 21 – Empréstimos de médio e longo prazo

No que concerne aos empréstimos, no quadro 21 constam os vários empréstimos de médio e longo prazo que se encontram a ser amortizados e que sofreram uma redução de 13,74%, faltando apenas amortizar €9.354.265, dos quais €4.813.638 são empréstimos excecionados e que não relevam para efeitos da dívida.

Importa ainda referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2017, conforme consta da declaração emitida no âmbito da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, e que faz parte integrante da prestação de contas.

2.2.3.2. Prazo médio de pagamento a fornecedores

No que concerne ao prazo médio de pagamento a fornecedores, pode-se observar no gráfico 31 a evolução

deste nos últimos 5 anos, onde se destaca a forte diminuição, desde 2013 até esta data. Situando-se em 2017 nos 18 dias.

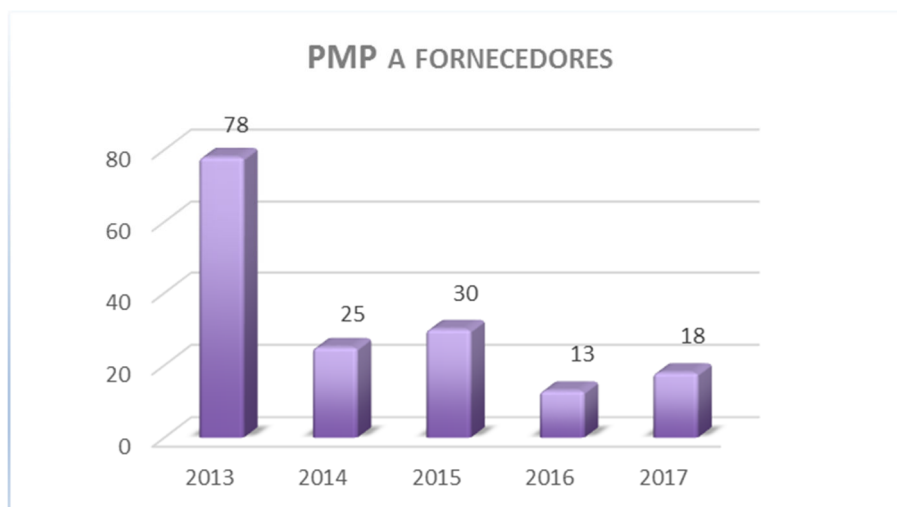


Gráfico 31 – Prazo médio de pagamento a fornecedores

Os dados apresentados foram apurados pela DGAL, e resultam da aplicação da fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008 de 2 de fevereiro.

2.2.3.3. Serviço da dívida

A análise que se segue compreende no quadro 22, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2017, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

Serviço da Dívida - 2016/2017

Designação	2017	2016	Unidade: €	
			Variação 2016-2017	
			€	%
Juros	60.310	149.988	-89.678	-59,79%
Amortização	1.490.478	1.628.985	-138.507	-8,50%
Total	1.550.788	1.778.973	-228.185	-12,83%
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,22%	0,61%	---	---
Amortizações / Despesa total	5,51%	6,66%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	5,73%	7,28%	---	---

Quadro 22 – Serviço da dívida – 2016/2017

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de 12,83% (€228.185), por força da diminuição das amortizações no corrente ano, uma vez que em 2017 já se concluiu o pagamento de alguns

empréstimos, sendo por isso cada vez menor o montante global de amortizações.

O serviço da dívida tem um peso na despesa do Município em 2017 de 5,73%. Tendo reduzido face ao ano anterior.

2.2.3.4. Dívida total

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia, caindo o termo “*Endividamento líquido municipal*” para surgir o de “*Dívida total*”.

Sendo assim, no corrente ano, apenas existiu um único limite - o limite da dívida total, que conforme pode ser observado no quadro 24, é de €37.052.118.

Este limite é apurado em cada ano de acordo com 1,25 vezes a média da receita corrente líquida nos três exercícios anteriores, n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita corrente líquida	
2014	22.635.997
2015	24.952.410
2016	26.515.828
Média da receita dos 3 anos	24.701.412
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	37.052.118

Quadro 23 – Limite da dívida total

Por sua vez, o montante da “*Dívida total*” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo, n.º 2 do mesmo artigo. Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação.

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total, artigo 54.º da Lei anteriormente referida. Assim, podemos verificar através do quadro 24, que a dívida total do Município de Tavira em 2017 é de apenas €11.265.062, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma

margem de €26.587.411, que se encontra refletida de uma forma mais perceptível no gráfico 32.

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

	Unidade:€
CONTAS PATRIMONIAIS	2017
Fornecedores, c/c	43.629
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	628.163
Empréstimos bancários	9.354.265
Estado e outros entes públicos	23.830
Fornecedores de imobilizado, c/c	277.806
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	137.017
Pessoal	250
Sindicatos	8
Credores diversos	709.224
Credores de transferências das autarquias locais	22.538
Credores OT	68.332
Total em dívida	11.265.062
FAM	707.936
Valores em OT	92.420
Total da dívida orçamental	10.464.706
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	37.052.118
MARGEM	26.587.411

Quadro 24 – Apuramento da dívida total

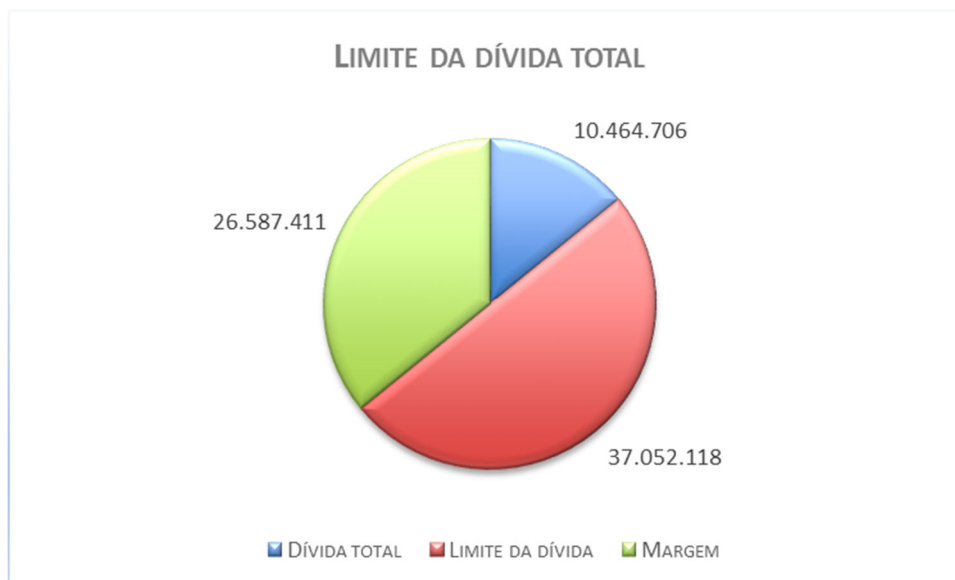


Gráfico 32 – Limite da dívida total

No que diz respeito às entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, é importante referir que no caso do Município de Tavira existem 4 tipos de situações:

- A empresa municipal, “TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”, que caso se encontre desequilibrada tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da

participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que esta apresenta as suas contas equilibradas no final do corrente ano.

- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas “Águas do Algarve SA; POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, SA”; “AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA”; “ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA”;
- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à “ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL” e à “CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio”;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. O Município pertence à “ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses”, à “CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve” e à “APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico”.

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2017. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite. No ponto 8.2.16 das demonstrações financeiras constam dados mais detalhados destas participações.

Caso a autarquia por algum motivo vier a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Ou seja, se tivermos em conta apenas o montante da dívida da autarquia, para o ano de 2018 poderá aumentar em cerca de 5,3 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2017.

Importa referir, que no ano 2017 foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro e em sessão da Assembleia geral de 3 de março, a proposta n.º 13/2017 com a dissolução da EMPET – Parques Empresariais de Tavira EM Lda., e a internalização de atividades, conforme plano de liquidação que será anexo a esta prestação de contas, e de acordo com o disposto na alínea d) do ponto 4 do capítulo II da Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro do Tribunal de Contas, que alterou a resolução n.º 4/2001 – 2.ª secção.

2.2.4. Contabilidade de custos

Em 2011, foi implementada a contabilidade de custos, conforme determina o ponto 2.8.3 do POCAL.

A contabilidade de custos, como o próprio nome indica, tem por finalidade efetuar diferentes reclassificações de custos de forma a se obter informação sobre os custos, por cada função, bem ou serviço. Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obriga à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2).

CUSTOS POR FUNÇÃO - 2016/2017

		Unidade: €					
FUNÇÕES		2017		2016		VARIÇÃO 2016-2017	
		VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
1	Funções gerais	5.424.409	21,45%	2.496.928	12,29%	2.927.481	117,24%
1.1.1	Administração geral	5.109.506	20,21%	2.237.980	11,02%	2.871.526	128,31%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	314.903	1,25%	258.948	1,28%	55.955	21,61%
2	Funções sociais	6.407.474	25,34%	6.106.545	30,07%	300.930	4,93%
2.1.1	Ensino não superior	962.451	3,81%	959.159	4,72%	3.292	0,34%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	305.564	1,21%	259.911	1,28%	45.653	17,56%
2.3.2	Ação social	139.132	0,55%	100.355	0,49%	38.777	38,64%
2.4.1	Habitação	330.273	1,31%	316.625	1,56%	13.648	4,31%
2.4.2	Ordenamento do território	33.853	0,13%	30.191	0,15%	3.662	12,13%
2.4.3	Saneamento	119.819	0,47%	119.511	0,59%	308	0,26%
2.4.4	Abastecimento de água	290.877	1,15%	271.786	1,34%	19.091	7,02%
2.4.5	Resíduos sólidos	8.841	0,03%	3.073	0,02%	5.768	187,73%
2.4.6	Proteção do meio ambiente	2.281.023	9,02%	2.264.995	11,15%	16.028	0,71%
2.5.1	Cultura	1.243.692	4,92%	1.114.723	5,49%	128.969	11,57%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	663.704	2,62%	643.136	3,17%	20.568	3,20%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	28.247	0,11%	23.080	0,11%	5.166	22,38%
3	Funções económicas	10.806.678	42,74%	10.609.691	52,24%	196.987	1,86%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	8.423	0,03%	6.137	0,03%	2.287	37,26%
3.2.0	Indústria e energia	913.986	3,61%	1.155.035	5,69%	-241.049	-20,87%
3.3.1	Transportes rodoviários	9.624.659	38,07%	9.234.703	45,47%	389.955	4,22%
3.3.2	Transportes aéreos	1.681	0,01%	2.658	0,01%	-977	-36,74%
3.3.3	Transportes fluviais	5.252	0,02%	25.188	0,12%	-19.936	-79,15%
3.4.1	Mercados e feiras	252.677	1,00%	185.970	0,92%	66.707	35,87%
4	Outras funções	2.645.692	10,46%	1.096.485	5,40%	1.549.207	141,29%
4.1.0	Operações da dívida autárquica	60.127	0,24%	80.022	0,39%	-19.895	-24,86%
4.2.0	Transferência entre administrações	916.136	3,62%	804.449	3,96%	111.687	13,88%
4.3.0	Diversas não especificadas	1.669.429	6,60%	212.015	1,04%	1.457.414	687,41%
TOTAL		25.284.254	100%	20.309.649	100%	4.974.605	24,49%

Quadro 25 – Custos por função – 2016/2017

O sistema de custeio total pressupõe que todos os custos são repartidos pelas funções, bens ou serviços. Podem, contudo, existir custos não incorporáveis, ou seja, custos que não devem ser imputados a qualquer função, bem ou serviço. Pelo que, foram considerados custos não incorporáveis os custos das contas: 65 exceto a 658; a 67; a 68 exceto 683 e a 69 exceto 691 e 696.

Face ao exposto, é possível obter os documentos estipulados no ponto 2.8.3.6 do POCAL: Materiais (CC1);

Cálculo de custo/hora da Mão-de-obra (CC2); Mão-de-obra (CC3); Cálculo do custo/hora de Máquinas e viaturas (CC4); Máquinas e viaturas (CC5); Apuramentos de custos indiretos (CC6); Apuramento de custos de bem ou serviço (CC7); Apuramento de custos diretos da função (CC8) e Apuramento de custos por função (CC9).

No apuramento dos custos por função no período de 2016 e 2017, foram utilizados os seguintes critérios: as despesas de funcionamento do Município, nomeadamente dos órgãos da autarquia e das diversas divisões foram imputadas à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as atividades desenvolvidas pelo Município foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa; as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços; as transferências para as freguesias consideraram-se na subfunção transferência entre administrações.

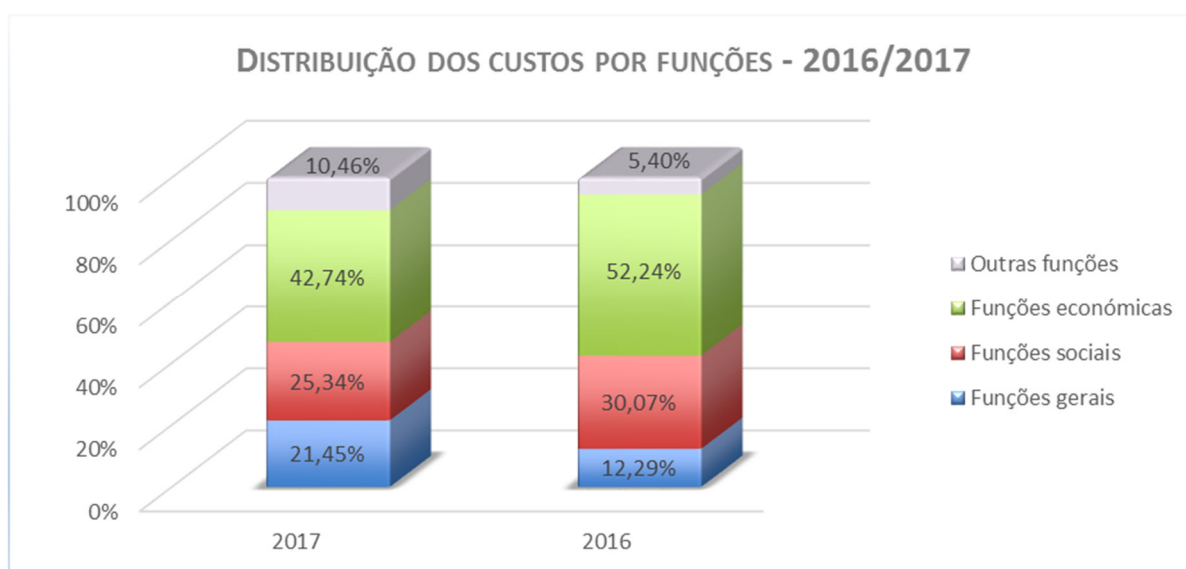


Gráfico 33 – Distribuição dos custos por funções – 2016/2017

No quadro 26, demonstra os custos por função, verificando-se um aumento significativo no ano 2017, de 24,49% dos custos, cerca de 5 milhões de euros, face ao ano anterior. Motivado quer pelo aumento das “*Outras funções*”, com 141,29% (€1.549.207) devido ao facto de no ano 2016 não se encontrarem refletidos os diversos apoios/transferências, quer pelo aumento das “*Funções Gerais*” que apresentaram uma variação positiva, de 117,24% (€2.927.481) provocada pelo reforço das provisões de processo em litígio.

De referir ainda, que os principais custos do Município residem na função “*331 Transportes rodoviários*”, com 38,07% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização), e na “*111 Administração geral*” com 20,21%.

Em termos de distribuição dos custos por funções, nos anos 2016 e 2017, temos algumas alterações

conforme ilustrado no gráfico 33, sendo a “*Função Económica*” a principal com uma representação de 42,74% da despesa global, onde se incluem as áreas de intervenção em serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações seguida das “*Funções sociais*” com 25,34%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura, e as “*Funções gerais*” a aumentarem significativamente o seu peso para 21,45 %, que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira, nomeadamente, as despesas inerentes ao funcionamento do mesmo.

3. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que:

- O Município de Tavira tem um grau de autonomia financeira de 72%;
- É cumprido o “Princípio do equilíbrio” orçamental previsto no ponto 3.1.1 do POAL, tendo havido uma poupança corrente no montante €7.958.832;
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, tendo uma margem de €6.021.694;
- Execução orçamental da receita de 105,28% e da despesa de 67,45%;
- Aumento da receita em 10,80% (€4.104.852) em termos globais. No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento foi de 3,45% (€948.865);
- A despesa realizada aumentou 10,76% (€2.630.045);
- As despesas com pessoal aumentaram 2,44% (€196.923), devido principalmente ao recrutamento de 9 bombeiros recrutas, de 15 assistentes operacionais e à celebração de 4 acordos de cedência de interesse público ao abrigo do processo de internalização de atividades da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.;
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2018 é de €15.130.722;
- Resultado líquido negativo, no valor de €5.071.657, devido sobretudo ao montante elevado das amortizações, as quais atingem o montante de €10.805.658;
- Redução da dívida em cerca de 1 milhão de euros, passando a representar apenas cerca 11,1 milhões de euros;
- Cumprimento do limite da dívida total, com uma margem de €26.587.411 o que permite que no ano 2018 se possa aumentar a dívida em cerca de 5,3 milhões de euros (20% da margem de 2017);

Paços do Concelho, 9 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

8. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos das prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas. Estas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

Os mapas financeiros e registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os definidos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 – Identificação

O Município de Tavira, é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 501067191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira.

O Município de Tavira é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O concelho de Tavira tem 22.777 eleitores.

8.1.2 – Legislação

O Município de Tavira iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1986, tendo uma contabilidade organizada, por imposição legal:

- Regime financeiro das autarquias locais – Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e respetivas alterações;
- Regime geral do POCAL – Decreto-Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro e respetivas alterações;

Em termos do regime financeiro de IVA a autarquia aplica o regime misto de afetação real de todos os bens, com uma periodicidade trimestral.

8.1.3 – Estrutura organizacional

A organização dos serviços municipais é estabelecida de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, tendo sido realizada uma reestruturação, no decorrer do ano 2017.

A nível da estrutura organizacional, e de acordo com o Aviso nº 3312/2017, de 29 de março, publicado em Diário da república, 2.ª série, n.º 63, de 29 de março, o qual aprovou o regulamento de organização dos serviços municipais, o Município de Tavira estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Divisão de Administração;
- Divisão Financeira;
- Divisão de Planeamento, Turismo, Inovação e Empreendedorismo;
- Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares;
- Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais;
- Divisão de Cultura, Património e Museus;
- Divisão de Equipamentos e Mobilidade;
- Divisão de Aprovisionamento e Infraestruturas;
- Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos;
- Divisão de Assuntos Sociais;
- Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia;
- Divisão Jurídica e Fiscalização;
- Gabinete de Comunicação e relações Públicas.

Integra ainda a estrutura da Câmara Municipal os seguintes gabinetes:

- Gabinetes de Apoio aos membros da Câmara Municipal
- Gabinete de Apoio à Presidência
- Gabinete de Apoio à Vereação
- Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil

8.1.4 – Descrição sumária das atividades

Divisão de Administração - Assegurar a atividade administrativa da Câmara Municipal, quando nos termos do presente regulamento esta função não estiver cometida a outros serviços, nomeadamente apoio aos órgãos municipais, recursos humanos, contratação e arquivo.

Divisão Financeira - Assegurar o bom funcionamento da administração financeira, com critérios de racionalidade e eficácia, zelando pela execução financeira do orçamento no estrito cumprimento das normas da contabilidade pública, colaborar na preparação do orçamento e no relatório de gestão, bem como na gestão de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

Divisão de Planeamento, Turismo, Inovação e Empreendedorismo – Coordenar o planeamento estratégico e urbanístico, fomentar a promoção turística, coordenar os processos de inovação e promover o empreendedorismo e o desenvolvimento económico no concelho.

Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares - Assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções de licenciamento e fiscalização das operações urbanísticas, bem como a realização de ações de conservação e reabilitação urbana.

Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais - Elaborar estudos prévios, anteprojetos e projetos de execução relativos a edifícios, infraestruturas, espaços exteriores, vias de comunicação, equipamentos coletivos, todos da responsabilidade do município ou de entidades de carácter não lucrativo.

Divisão de Cultura, Património e Museus - Coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais, colaborar na conceção e gerir a rede de museus e núcleos museológicos municipais e os programas para as artes visuais.

Divisão de Equipamentos e Mobilidade - Assegurar a gestão e a manutenção de equipamentos, viaturas e máquinas, apoiar na definição de uma política global de mobilidade em todo o concelho, tendo em conta condicionantes de natureza regional e dos sistemas de transporte.

Divisão de Aprovisionamento e Infraestruturas - Assegurar a gestão e a manutenção do património municipal, nomeadamente edifícios e edifícios, o aprovisionamento e a gestão de stocks, e garantir o apoio logístico a eventos.

Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos - Promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental e valorização dos espaços verdes, bem como assegurar a realização das políticas municipais de desenvolvimento desportivo, gestão dos recursos materiais, gestão das instalações desportivas municipais, emissão de pareceres relativos à construção ou melhoramento das instalações desportivas municipais

Divisão de Assuntos Sociais - Programar e gerir atividades municipais nos domínios da solidariedade e ação social, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população e dos seus grupos mais vulneráveis, bem como a gestão do parque habitacional, o planeamento e gestão dos serviços e equipamentos

educativos, promovendo o desenvolvimento educacional do Município de acordo com parâmetros de qualidade e inovação e também a concretização das medidas adotadas no âmbito da política municipal de juventude

Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia - Coordenação, estudo, implementação e gestão de sistemas automatizados de informação a utilizar ou a fornecer pelos serviços do Município, atualizar, manter, conceber e propor a aquisição de aplicações que permitam a melhoria da eficiência e da produtividade dos serviços.

Divisão Jurídica e Fiscalização - Zelar pela legalidade de atuação do Município, prestando assessoria jurídica sobre quaisquer assuntos, questões ou processos de índole jurídica, assim como pugnar pela adequação e conformidade normativa dos procedimentos administrativos.

Gabinetes de Apoio aos membros da Câmara Municipal:

Gabinete de Apoio à Presidência – Apoiar a nível técnico e administrativo o Presidente, no desempenho das suas funções.

Gabinete de Apoio à Vereação – Apoiar a nível administrativo os vereadores, no desempenho das suas funções.

Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil - Na dependência direta do Presidente da Câmara Municipal, o gabinete tem por objetivo coordenar o corpo dos Bombeiros Municipais e assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil.

8.1.5 – Recursos humanos

De 1 de Janeiro de 2017 a 14 de outubro de 2017 o órgão executivo do Município de Tavira era composto pelo Presidente mais 3 vereadores com pelouro e 3 sem pelouro:

- Jorge Manuel do Nascimento Botelho – Presidente da Câmara Municipal;
- Ana Paula Fernandes Martins – Vice-Presidente, vereadora com pelouro;
- José Manuel Madeira Guerreiro - Vereador com pelouro;
- João Pedro da Conceição Rodrigues – Vereador com pelouro;
- José Fernandes Esteves – Vereador sem Pelouro;
- Elsa Maria Simas Cordeiro – Vereadora sem pelouro;
- Jorge Humberto Martins Corvo – Vereador sem pelouro.

A partir de 14 de outubro até ao final do ano, o órgão executivo passou a ser constituído pelo Presidente mais 4 vereadores com pelouro e 2 sem pelouro:

- Jorge Manuel do Nascimento Botelho – Presidente da Câmara Municipal;
- Ana Paula Fernandes Martins – Vice-Presidente, vereadora com pelouro;
- José Manuel Madeira Guerreiro - Vereador com pelouro;
- João Pedro da Conceição Rodrigues – Vereador com pelouro;
- Cristina Elvira Freitas Justo Martins - Vereador com pelouro;
- Elsa Maria Simas Cordeiro – Vereadora sem pelouro;
- Rui Manuel Mestra Domingos – Vereador sem pelouro.

8.1.6 – Organização contabilística

O Município de Tavira está a utilizar diariamente a aplicação Sistema de contabilidade autárquica, com interligação ao Sistema de gestão de tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e de faturas (TAX), o Sistema de informação e cadastro (SIC), o Gestão de stocks (GES), o Obras por administração direta (OAD), e o Sistema de gestão de faturação (SGF), todos da AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias.

No ano 2017, foram reconciliados todos os documentos de despesa e receita na contabilidade de custos. Pelo que é possível obter todos os mapas previstos no ponto 12.3 do POCAL.

8.1.7 Outras informações relevantes

8.1.7.1 Regulamentos internos e outros documentos informativos

DESIGNAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
Inventário	28/11/2001	30/11/2001	---	---
Sistema de controlo interno	01/01/2013	---	18/06/2013 29/04/2014	---
Balanço inicial	16/01/2002	21/01/2002	18/12/2002	17/12/2002

8.1.7.2 Ação inspetiva

No Município de Tavira ocorreram as seguintes ações inspetivas:

- IGAL em 2008, analisadas as áreas do urbanismo e empreitadas;
- Tribunal de Contas em 2001, período analisado 1999;
- IGAT em 1998, período analisado de 1990 a 1997.

8.1.7.3 Documentos de gestão

DESIGNAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
Grandes opções do plano (2017)	07/11/2016	28/11/2016
Orçamento (2017)	07/11/2016	28/11/2016
Documentos de prestação de contas (2016)	21/02/2017	03/03/2017

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 Disposições do POCAL derogadas

No corrente ano não foram derogadas nenhuma das disposições do POCAL. Pelo que os dados do balanço e da demonstração de contas refletem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Município de Tavira.

8.2.2 Contas do balanço e demonstração de contas não comparáveis entre anos

No ano 2017, não houve nenhuma alteração de critérios, pelo que todas as contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

8.2.3 Critérios de valorimetria

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

- **Imobilizado** - o imobilizado adquirido no decorrer do ano 2017, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. – Imobilização do POCAL.
- **Amortizações** - de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes, sendo que a taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril. As amortizações do exercício são efetuadas por duodécimos.
- **Existências** - nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado como critério o custo de aquisição, conforme o ponto 4.2.1 do POCAL, tendo sido adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
- **Dívidas de e a terceiros** - as dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
- **Disponibilidades** - As disponibilidades de caixa e depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- **Provisões** - as provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida cuja mora é superior a um ano e cujo risco está devidamente justificado, conforme o disposto no ponto

2.7.1 do POCAL.

- **Remunerações a liquidar** - a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, compreende uma estimativa dos encargos com férias e mês de férias do ano seguinte. Esta destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2017, perante os funcionários, pelos seus serviços prestados, a regularizar em 2018.
- **Acréscimos e diferimentos** - A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

8.2.6. Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

Encontram-se contabilizados na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento os projetos de redes de águas.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante este exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço, encontram-se espelhados no quadro que se segue:

ATIVO BRUTO

Unidade: €						
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES/ AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES/TRANS FERÊNCIAS	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	192.200.457	-21.225	3.611.914	0	0	195.791.145
Terrenos e recursos naturais	46.691.872	0	0	0	0	46.691.872
Edifícios	45.000	0	0	0	0	45.000
Outras construções e infra-estruturas	127.437.507	0	0	0	0	127.437.507
Imobilizações em curso	18.026.078	-21.225	3.611.914	0	0	21.616.767
De Imobilizações incorpóreas	0	0	17.847	0	0	808.349
Despesas de investigação e desenvolvimento	200.078	0	0	0	0	200.078
Imobilizações em curso	590.424	0	17.847	0	0	608.271
De Imobilizações Corpóreas	120.295.224	0	2.502.547	0	970.605	123.768.376
Terrenos e recursos naturais	22.053.028	0	0	0	1.717.084	23.770.112
Edifícios e outras construções	53.004.857	0	13.808	0	-243.482	52.775.184
Equipamento básico	7.876.132	0	493.045	0	-215.091	8.154.086
Equipamento de transporte	1.331.500	0	72.252	0	-285.445	1.118.307
Ferramentas e utensílios	40.016	0	0	0	0	40.016
Equipamento administrativo	3.311.077	0	206.416	0	-2.458	3.515.036
Outras imobilizações corpóreas	2.392.871	0	251.289	0	-4	2.644.156
Imobilizações em curso	29.334.465	0	1.465.736	0	0	30.800.201
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	951.279	0	0	0	0	951.279
De Investimentos Financeiros	4.763.638	0	0	0	0	4.763.638
Partes de capital	3.511.756	0	0	0	0	3.511.756
Obrigações e títulos de participação	1.251.882	0	0	0	0	1.251.882
TOTAL	317.259.319	-21.225	6.132.307	0	970.605	324.341.006

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	74.988.666	9.131.808	0	84.120.474
Edifícios	45.000	0	0	45.000
Outras construções e infra-estruturas	74.943.666	9.131.808	0	84.075.474
De Imobilizações Corpóreas	27.168.057	1.673.850	539.669	28.302.238
Edifícios e outras construções	13.739.049	1.031.106	36.672	14.733.483
Edifícios	11.555.595	887.633	36.672	12.406.555
Outras construções	2.183.455	143.473	0	2.326.928
Equipamento básico	7.074.380	287.633	215.091	7.146.922
Equipamento de transporte	1.034.044	41.750	285.445	790.349
Ferramentas e utensílios	39.674	178	0	39.852
Equipamento administrativo	3.057.497	176.408	2.458	3.231.448
Outras imobilizações corpóreas	2.223.413	136.776	4	2.360.184
De Investimentos Financeiros	74.157	0	0	74.157
Partes de capital	74.157	0	0	74.157
TOTAL	102.230.881	10.805.658	539.669	112.496.870

8.2.8. Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do Município de Tavira ainda não se encontra totalmente concluído, no que diz respeito aos bens de domínio público – bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de ser avaliado por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização da avaliação.

8.2.9 Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações

No corrente ano, não foram capitalizados quaisquer custos incorridos com empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

8.2.10 Reavaliação de bens de imobilizado

Não foram efetuadas reavaliações de imobilizado em 2017.

8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações

Não foram efetuadas reavaliações de imobilizado em 2017.

8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.

O município de Tavira tem 3 direitos de superfície a seu favor conforme o quadro seguinte:

DIREITOS DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO MUNICÍPIO DE TAVIRA

Unidade: €		
ART.º	DESIGNAÇÃO	VALOR
458	Parcela de terreno p/implantação de um reservatório de Água - Santo Estevão	27.932,68
7282	Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira	448.917,00
1089	Prédio urbano sito em Flor da Feiteira – Cachopo, destinado a centro de convívio	0,00

No que concerne ao imobilizado cedido a terceiros, para além do constante na listagem seguinte, encontram-se cedidas infraestruturas de rede de águas e saneamento e ETAR's que remontam a cerca de 3,5 milhões de euros líquidos, à empresa local TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM.

IMOBILIZADO CEDIDO A TERCEIROS

Unidade: €					
Art.º	Designação	Valor	Art.º	Designação	Valor
2302	Terreno sito em Cabanas de Tavira	44,59	1360	Terreno para Construção de um Lar de Idosos	15.271,20
1263	Lote 1 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	139,88	1579	Terreno junto ao Centro de Saúde de Tavira	15.961,53
1264	Lote 2 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	4064	Lote A – sito na Horta do Carmo	87,19
1270	Lote 3 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	73,18	4065	Lote B – sito na Horta do Carmo	87,19
1265	Lote 4 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	147,00	4745	N.º 74e76 R.Poeta E. Costa; e R. J. Joaq. Jara, nº. 65 - B	126.715,76
1266	Lote 5 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	178,58	33574-R	Terreno sito nas Cachamorras	12.469,95
1267	Lote 6 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	110,50	4664	Terreno - Loteamento Turmuge - Alvará 5/2002	25.000,00
1268	Lote 7 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	5512	Terreno - Jardim de Infância e Ginásio	106.026,78
1269	Lote 8 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	67,69	2940	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 2	55.671,85
1133	Lote 9 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	22,82	2939	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 4	55.671,85
675-A	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	160,00	435	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 7	55.671,85
675-B	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	110,00	3105	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 1	47.796,32
3491	Terreno sito em Conceição de Tavira	7.481,97	3106	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 3	47.796,32
3250	Terreno no sítio da Igreja "Monte Verde"	28.782,59	3107	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 5	47.796,32
3777	Terreno sito em Conceição de Tavira	423.000,00	3108	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 7	47.796,32
1489	Terreno sito em Cachopo	339,47	710	Terreno - Rua dos Mártires da República	97.765,20
3153	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3628	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 5	54.042,43
1290	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3627	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 3	54.042,43
2674	Lote B - Bloco 2 - Terreno sito em Luz de Tavira	36,63	3626	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, nº. 1	54.042,43
2442	Lote 5 - Bloco 5 - Terreno sito em Luz de Tavira	241,04	4263	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 13	74.410,18
1354	Terreno sito em Luz de Tavira	44,93	4264	Terreno - R. Mártires da República, nº. 11	74.410,18
3209	Terreno sito na Luz de Tavira	60,53	4111	Terreno - Rua dos Mártires da República, nº. 9	74.410,18
3832	Lote 1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4356	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 10	74.410,18
3833	Lote 2 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4357	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 12	74.410,18
3834	Lote 3 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4209	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 6	74.410,18
3840	Lote 9A - Loteamento Municipal Santa Catarina	7.072,52	4210	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, nº. 8	74.410,18
3841	Lote 9B - Loteamento Municipal Santa Catarina	12.818,00	6411	Lote de terreno - Lar de Terceira Idade	150.000,00
2512	Lote E1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	7.330,09	1785	Terreno - Loteamento Taviramar - Alvará 1/2007	96.150,00
1912	Terreno em Santa Catarina	3.202,28	3486	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, para Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos	9.504,00
2605	Terreno, sito na Urbanização Lagar - Conceição de Tavira	71.640,00	5759	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, Santa Maria	5.874,97
2258	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	87.539,03	2661	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, para Estação de Compostagem de Verdes	5.400,00
1523	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	29.179,68			

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

A autarquia não efetuou nenhuma aquisição neste regime, no corrente ano.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o ano 2017, não houve incorporação de bens de imobilizado que não tenham sido valorizados. Ainda se encontram por avaliar/valorar os bens apresentados no quadro infra exposto.

BENS DE IMOBILIZADO POR VALORIZAR

Unidade: €					
DESIGNAÇÃO	MATRIZ	CONSERVATÓRIA	DESIGNAÇÃO	MATRIZ	CONSERVATÓRIA
União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira			Prédio urbano - Rua da Bela Fria, nº. 1	552	891/100789
Perímetro Florestal de Tavira	128-R	s/r	Prédio Misto denominado Fradilhao	901 e 33649-R	2447
Terreno - Cedência Alvará 2/2002	3 111	1058/20170223	Prédio urbano - Rua da Bela Fria, nº. 1	552	891/100789
Freguesia de Cachopo			Prédio urbano situado em S. Pedro	776	1573/950821
Prédio urbano - Habitação p/médico	1 531	243/930716	Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bl.3 - Fracção A - Cave Dtª	1719-A	15929
Freguesia de Santa Catarina			Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bloco 3 - Fracção B - Cave Esqª.	1719-B	15929
Prédio Urb. sito em Fonte do Bispo	1 227	2855/19960701	Horta D'El Rei - Praceta Teixeira Gomes - Bloco 4 - Fracção A - Cave Dtª	1721-A	1328/920924
Prédio Urb. sito em Fonte do Bispo	1 253	2856/19960701	Horta D'El Rei - Rua Dr. Silvestre Falcão - Bloco 5 - Fracção A - Cave Dtª	1723-A	15.931,00
Freguesia de Santa Luzia			Horta D'El Rei - Rua Dr. Silvestre Falcão - Bloco 5 - Fracção B - Cave Esqª.	1723-B	15931
Edifício sede da Junta de Freguesia	1 215	585/941115	Horta Dél Rei - Bloco 6 - Fracção - A - Cave Direita	1725-A	15926
União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)			Horta Dél Rei - Bloco 6 - Fracção- B - Cave esquerda	1725-B	15926
Préd. Urb. - R. Marcelino Franco, 4, 6 e 8	661	14456	Quartel da PSP	2 237	323/120986
Préd. Urb. - Confinar c/Casa Municipal André Pilarte	727	2581/950621	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção I (Ocupada c/posto de transf)	2 369	656/110488
Edifício dos Paços do Concelho - B	3919-B	238/100486	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção J	2 369	656/110488
Edifício dos Paços do Concelho - C	3919-C	238/100486	Quinta da Saúde - Bloco C - Lote 5 - Fracção k	2 369	656/110488
Largo Santana - Antigo préd. Militar nº. 8	5 515	2868/960916	Quartel dos Bombeiros	3 111	1489/940725
Prédio Urb. - Largo Santana - Igr. Santana	5 516	2870/960916	Igreja de S. Sebastião - Campo dos Mártires da República	3 225	1559/950530
Rua Tavira de Durango, Bloco 1 - r/c Esqª. - Frac. B	5718-B	2411/940628	Prédio urbano Igreja de Nossa Srª. Do Rosário	3 227	1560/950530
Rua Tavira de Durango, Bloco 1 - 1º. Esqª. - Frac. D	5718-D	2411/940628	Terreno sito na Bela Fria	4 206	1851/991126
Rua Tavira de Durango, nº. 3 - 2º. Dtª. - Fracção E	5719-E	2409/940628	Adro do Judeu - Terreno para construção - Cedência do alvará nº. 3/86	3 574	854/091288
Rua Tavira de Durango, nº. 3 - 2º. Esqª. - Fracção F	5719-F	2409/940628	Terreno - Atalaia	2 773	124/030785
Rua Tavira de Durango, nº. 5 - r/c Dtª. - Fracção A	150-A	2410/940628	Bela Fria - Terreno para construção		16562
Prédio rústico denominado Ilha de Tavira	33633-R	14667	Bela Fria - Terreno para construção		1274/920427
Prédio Misto denominado Fradilhao	901 e 33649-R	2447	Terreno - Adro do Judeu - Lar - Jardim de Infância	3 750	3072/20130214
Terreno - Loteamento Urbicruz - Alvará 1/2016	7 918	3439/20170307	Terreno - Loteamento Alconru - Alvará 2/2009	7 604	5867/20090910
Terreno - Loteamento Urbicruz - Alvará 1/2016	7 919	3440/20170307	Terreno - Loteamento Frentágua - Alvará 4/2012	7 751	3310/20151106
Centro coordenador de transportes	2 983	s/r	União das Freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão		
Prédio urbano Snack-Bar - Apoio a doca de recreio 4 Ágl	5 418	S/r	Edifício sede da Junta de Freguesia	1 848	1075/950214
União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)			União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)		
			Rua Jornal do Algarve, nº. 59 - R/C Esqª. - Fracção B	4679-B	920/19880902

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos não são objeto de amortização, de acordo com a Portaria n.º 671/2000 de 17 Abril.

8.2.16 Entidades participadas

Em conformidade com a resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, os órgãos executivos devem enviar, conjuntamente com os respetivos documentos da prestação de contas, o mapa das participações da entidade conforme o anexo 1 dessa resolução.

Neste sentido, os quadros seguintes foram elaborados com base nos modelos que constam da referida resolução.

A. Participações em entidades societárias

ENTIDADE PARTICIPADA					PARTICIPAÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO			FORMA DE REALIZAÇÃO DO CAPITAL		OBS.
DENOMINAÇÃO	NIF	TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL	V. NOMINAL SUBSCRITO	%	V. NOMINAL REALIZADO	MONETÁRIO	EM ESPÉCIE	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	504761510	Societária	74140	331.797	19.952	6,01%	19.952	19.952	---	Em situação de insolvência
Águas do Algarve, SA	505176300	Societária	41000	29.825.000	678.400	2,27%	678.400	678.400	---	
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503600270	Societária	90020	7.500.000	159.675	2,13%	159.675	159.675	---	
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	501073035	Societária	64190	18.508.950	500		500	500	---	Em dissolução
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.	505873567	Societária	70110	498.798	478.846	96,00%	478.846		478.846	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras pessoas de direito público	84114	650.000.000	1.238.882	0,27%	353.964	530.946	---	
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	503420360	Societária	75113	279.500	2.500	0,89%	2.500	2.500	---	Em situação de insolvência
Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	508683424	Societária	70220	22.500.000	2.025.000	9,00%	2.025.000	2.025.000	---	
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	507236335	Societária	36002	50.000	25.500	51,00%	25.500	25.500	---	Empresa municipal

B. Participações em entidades não societárias

ENTIDADE PARTICIPADA					CONTRIBUIÇÃO			OBS.
DENOMINAÇÃO	NIF	TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL ESTATUTÁRIO	EM "N"	FORMA DE REALIZAÇÃO		
						MONETÁRIO	ESPÉCIE	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	1.816.056	4.816	---	---	Valor da quota
APMCH - Associação Portuguesa dos Municipios com Centro Historico	502131047	AMFE	91333		604	---	---	Valor da quota
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL	507624645	Não societária	85320	9.000	---	1.500	---	
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	502971096	CIFG	84113	1.107.828	24.370	---	---	Valor da quota

8.2.17 Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

O Município de Tavira não possui títulos negociáveis nem aplicações de tesouraria no corrente ano.

8.2.18 Discriminação de outras aplicações financeiras

Não foram efetuadas aplicações financeiras.

8.2.19 Diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado.

8.2.20 Fundamentação do ponto 8.2.19

Não se aplica uma vez que não existiram diferenças.

8.2.21 Justificação de provisões extraordinárias que prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Não se foram efetuadas quaisquer provisões extraordinárias para este efeito, e a mesma não é aplicável a esta entidade.

8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa

As cobranças duvidosas são lançadas na conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes e refletem a receita liquidada e não cobrada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia

Não existem dívidas ativas e passivas ao pessoal da autarquia de Tavira.

8.2.24 Obrigações e outros títulos emitidos pela entidade

A autarquia não emitiu qualquer título ou obrigação.

8.2.25 Dívidas em mora na conta “Estado”

O Município de Tavira não tem dívidas em mora ao Estado.

8.2.26 Contas de Ordem

CONTAS DE ORDEM

Unidade: €

RÚBRICAS	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	MOVIMENTO ANUAL		SALDO P/GERÊNCIA SEGUINTE
		DEVEDOR	CREDOR	
0932 Garantias e cauções de Tereceiros, Prestadas	2.345.466	872.557	0	3.218.024
09321 Prestadas por fornecedores c/c	331.406	352.880	0	684.286
09322 Prestadas por fornecedores de Imobilizado	1.993.060	519.677	0	2.512.738
09322 Prestadas por outros credores	21.000	0	0	21.000
0933 Garantias e cauções de Tereceiros, Devolvidas	0	0	183.197	-183.197
09331 Devolvidas a fornecedores de c/c	0	0	3.680	-3.680
09332 Devolvidas a fornecedores de imobilizado	0	0	179.518	-179.518
09333 Devolvidas a outros credores	0	0	0	0
0934 Garantias e cauções de Terceiros, Accionadas	0	0	25.166	-25.166
09341 Accionadas a fornecedores de c/c	0	0	25.166	-25.166
09342 Accionadas a fornecedores de imobilizado	0	0	0	0
09343 Accionadas a outros credores	0	0	0	0
TOTAL de Garantias e Cauções	2.345.466	872.557	208.364	3.009.660
092 Recibos para Cobrança				
0921 À responsabilidade do tesoureiro	137.998	0	7.658	130.340
0922 À responsabilidade de outros agentes	18.420	0	0	18.420
TOTAL de Recibos para Cobrança	156.418	0	7.658	148.759
TOTAL	2.501.884	872.557	216.022	3.158.419

8.2.27 Provisões acumuladas

PROVISÕES ACUMULADAS

Unidade: €

CONTAS		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	300.919	7.279	0	308.198
292	Provisões para riscos e encargos	672.347	2.698.931	0	3.371.278
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	74.157	0	0	74.157

8.2.28 Fundo patrimonial

Na conta 51 – Património, são registados os fundos relativos à constituição do Município, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

A conta 576 – Doações, sofreu um incremento de €1.745.760 por força da concretização de uma doação de um terreno com a finalidade de ser construído neste um hospital particular.

A conta 59 – Resultados transitados, teve uma redução de €5.194.103, em virtude da incorporação do resultado transitado do ano anterior.

FUNDO PATRIMONIAL

Unidade: €

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 Património	203.846.523	0	0	203.846.523
57 Reservas	8.689.957	1.745.760	0	10.435.717
571 Reservas legais	2.729.471	0	0	2.729.471
576 Doações	5.960.486	1.745.760	0	7.706.246
59 Resultados transitados	3.522.115	0	5.194.103	-1.671.988

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CMVMC

Unidade: €

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS
Existências iniciais	0	416.891
Compras	0	487.129
Regularização de existências	0	-2.470
Existências finais	0	441.328
CUSTO DO EXERCÍCIO	0	460.222

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Unidade: €

CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017	2016
	Custos e perdas	2.605.847	2.142.727
681	Juros suportados	60.330	149.988
688	Outros custos e perdas financeiros	10.433	5.643
	Resultados Financeiros	2.535.083	1.987.096
	Proveitos e ganhos	2.605.847	2.142.727
781	Juros obtidos	15.568	11.883
783	Rendimentos de imóveis	2.006.190	1.899.112
784	Rendimentos de particip. de capital	584.088	231.733

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Unidade: €

CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017	2016
Custos e perdas		565.040	787.672
691	Transf. de capital concedidas	10.245	69.018
693	Perdas em existências	2.207	1.046
694	Perdas em imobilizações	235.486	107.469
695	Multas e Penalidades		181.540
697	Correções anos anteriores	165.490	2.659.226
698	Outros custos e perdas extraordinários		0
Resultados extraordinários		151.614	-2.230.627
Proveitos e ganhos		565.040	787.672
793	Ganhos em existências	1.714	5.508
794	Ganhos em imobilizações	152.093	97.514
795	Benefícios de penalidades contratuais	59.474	58.494
796	Reduções de amort. e de provisões		282.827
797	Correções anos anteriores	214.097	196.134
798	Outros proveitos e ganhos extra.	137.663	147.195

9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MUNICÍPIO DE TAVIRA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 237.220.473 euros e um total de fundos próprios de 207.538.595 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.071.657 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 26.979.355 euros de despesa paga e um total de 42.110.077 euros de receita cobrada), do ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras constantes no ponto 4 do relatório de gestão que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no número 1 e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos números 2 e 3 da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2017, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 29.690.851 euros (28.376.171 euros no ano 2016). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.

As contas das empresas municipais, Tavira Verde, E.M., S.A., e Empet, E.M. S.A., relativas ao exercício de 2017, ainda não estão elaboradas, nem aprovadas pelos respetivos órgãos de gestão, pelo que não podemos opinar sobre a necessidade de eventuais provisões.

Conforme referido no ponto 2.2.3.4 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. Em conformidade com o normativo contabilístico deveria ter sido abandonado o princípio da continuidade e adotado o princípio da liquidação. Não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que não estamos em condições de ajuizar da eventual necessidade da constituição de provisões.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos



da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Conforme referido no ponto 8.2.12 do Anexo, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.475.000 euros (3.807.000 euros em 2016), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para



proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

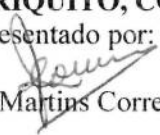
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Município, não identificámos incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 12 de fevereiro de 2018

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:


José Martins Correia - ROC